

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

CNPJ/ME nº 48.344.725/0007-19 - NIRE 35.300.525.892

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2024

1. Data, hora e local: Aos 19 dias do mês de dezembro de 2024, às 11h00, na sede social da Althaia S.A. Indústria Farmacêutica ("Companhia"), na Avenida Tégula, nº 888, Módulos 1, 15, 16, 17, 20 e 21, Condomínio Empresarial Atibaia, Bairro Ponte Alta, cidade de Atibaia, Estado de São Paulo, CEP 12952-820. **2. Convocação e presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), em vista da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Jairo Aparecido Yamamoto e secretariados pelo Sra. Priscila Maiochi da Cruz. **4. Ordem do dia:** Examinar, discutir e deliberar acerca das seguintes matérias: I. instituir o comitê de auditoria como órgão estatutário da Companhia ("Comitê de Auditoria Estatutário"); e II. alterar e consolidar o estatuto social da Companhia para refletir a instituição do Comitê de Auditoria Estatutário. **5. Deliberações:** Após exame e discussão da ordem do dia, os acionistas da Companhia deliberaram sobre os itens constantes da Ordem do Dia e decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: I. Aprovar a instituição do Comitê de Auditoria Estatutário, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 23, emitida em 25 de fevereiro de 2021, conforme alterada. Foram ratificados todos os atos já praticados pela administração, pelos representantes legais e/ou pelos procuradores da Companhia em conexão com a instituição do Comitê de Auditoria Estatutário ora aprovado, incluindo os atos relacionados e decorrentes das deliberações tomadas na RCA 01.11.2024; e II. Alterar e consolidar o estatuto social da Companhia para refletir a deliberação (i) acima, que passa a vigorar na forma do **Anexo I** à presente ata, o qual ficará arquivado na sede da Companhia. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Assembleia Geral Extraordinária foi suspensa para lavratura da presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Jairo Aparecido Yamamoto (Presidente); Priscila Maiochi da Cruz (Secretária); Acionistas: Firstbrand Assessoria e Consultoria em Marketing Ltda., Jairo Aparecido Yamamoto, Márcia Regina Hirota Yamamoto, Carolina Sommer Mazon, Maira Vendramini Medeiros, Rachel Giachini Sampaio Ferreira, Ricardo Vinicius Ferrari, Marcos Henrique Checkup Miazzo, Ana Laís Nascimento Vieira, Carlos Eduardo Rodrigues Silva, Denise Machado de Campos Ruggiero, Fernanda Furtado Gambini, Igor Juarez Cabral, Jonathan Pinto Morales, Juliana Pinto Morales, Michele Carusi, Olga Maria Costa Santos, Renata Coli Viotto, Verena Maria Torres, Carlos José Giusti, Fábio Luiz de Oliveira, Josué Ferreira Vida, Marcela Belotti, Marina Quesiti Accattini, Priscila Maiochi da Cruz e Valdecir Aparecido da Silva. Confere com o original lavrado em livro próprio. Atibaia, 19 de dezembro de 2024. **ESTATUTO SOCIAL, Capítulo I – da Denominação, Objeto, Sede e Duração. Artigo 1. A Althaia S.A. Indústria Farmacêutica ("Companhia")** é uma sociedade por ações que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."). **Artigo 2. A Companhia** tem por objeto: (i) o processamento, a industrialização, revestimento, a comercialização, promoção e distribuição, inclusive a importação e a exportação de produtos farmacêuticos em geral, oléticos, edulcorantes, cosméticos, de higiene, saneantes, domissanitários, produtos veterinários, odontológicos, de proteção à saúde e correlatos; (ii) o comércio, a distribuição, importação, exportação e a representação de insumos farmacêuticos e correlatos, produtos de diagnósticos químicos, farmacêuticos e correlatos, máquinas e equipamentos, bem como fabricação de peças para a indústria farmacêutica e a prestação de serviços de manutenção de máquinas e equipamentos e o gerenciamento e instalação de equipamentos; (iii) a prestação de serviços para terceiros pertencentes à fabricação, comercialização e assessoramento técnico ou científico no que diz respeito às atividades mencionadas neste artigo; (iv) transporte de produtos farmacêuticos em geral, oléticos, edulcorantes, cosméticos, de higiene, saneantes, domissanitários, produtos veterinários, odontológicos, de proteção à saúde e correlatos e transporte de produtos perigosos e/ou controlados; (v) fabricação, revestimento, comercialização, promoção e distribuição de medicamentos fitoterápicos para uso humano; (vi) fabricação, comercialização, promoção e distribuição de produtos alimentícios em geral; (vii) fabricação de materiais para medicina e odontologia; (viii) fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal; (ix) comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, inclusive a importação e exportação, e de produtos alimentícios em geral; (x) comércio atacadista de cosméticos, produtos de higiene e produtos de perfumaria; (xi) comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente; (xii) outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente; e (xiii) promoção de venda. **Artigo 3. A Companhia** tem sede e foro na Cidade de Atibaia, Estado de São Paulo, na Avenida Tégula, nº 888, Módulos 1, 15, 16, 17, 20 e 21, Condomínio Centro Empresarial Atibaia, Bairro Ponte Alta, CEP 12952-820, podendo criar, manter ou extinguir filiais, sucursais, depósitos, escritórios, agências, representações ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer localidade do país ou do exterior, por deliberação da Diretoria. **Artigo 4. O prazo de duração** da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Do Capital Social. Artigo 5. O capital social** totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 36.714.082,72 (trinta e seis milhões, setecentos e catoreze mil, oitenta e dois reais e setenta e dois centavos), dividido em 212.133.943 (duzentos e doze milhões, cento e trinta e três mil, novecentos e quarenta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." **Parágrafo 1º.** É vedado à Companhia a emissão de ações preferenciais ou partes beneficiárias. **Parágrafo 2º.** O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária confere a seu titular um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 6. A Companhia** está autorizada a aumentar o capital social, mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, até o limite de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), independentemente de reforma deste Estatuto Social, mediante a deliberação do Conselho de Administração, na forma do artigo 168 da Lei das S.A. **Parágrafo 1º.** O aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado previsto neste artigo, poderá ser realizado por meio da emissão de ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá fixar as condições da emissão e subscrição, preço por ação, forma e prazo de integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado. **Parágrafo 2º.** Desde que realizado dentro do limite do capital autorizado previsto neste artigo, o Conselho de Administração poderá, ainda, deliberar e aprovar: (i) a outorga de opção de compra de ações a administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviço da Companhia ou suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas, com base no plano aprovado pela Assembleia Geral; e (ii) aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações. **Artigo 7.** Nos casos previstos em lei, o valor de reembolso das ações, a ser pago pela Companhia aos acionistas dissidentes de deliberação da Assembleia Geral que tenham exercido direito de retirada, deverá corresponder ao valor patrimonial contábil constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral. **Parágrafo Único.** Nos termos do artigo 45, §2º, da Lei das S.A., caso a deliberação da Assembleia Geral mencionada no caput tenha ocorrido mais de 60 (sessenta) dias após a data do último balanço aprovado, será facultado ao acionista dissidente pedir, juntamente com o reembolso, o levantamento de balanço especial em data que atenda àquele prazo. **Capítulo III – Da Administração. Seção I – Organização. Artigo 8. A Companhia** será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, sendo que os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa. **Artigo 9.** Ressalvado o disposto no presente Estatuto Social, qualquer dos órgãos de administração se reúne validamente com a presença da maioria de seus respectivos membros e delibera pelo voto da maioria dos presentes. **Parágrafo Único.** Só é dispensada a convocação prévia da reunião do Conselho de Administração e da Diretoria como condição de sua validade se presentes todos os seus membros. Caso não estejam fisicamente presentes, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria poderão manifestar seu voto por meio de: (i) delegação de poderes feita em favor de outro membro do respectivo órgão; (ii) voto escrito enviado antecipadamente; e (iii) voto escrito transmitido por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, bem como por sistema de áudio ou videoconferência ou outros meios semelhantes, desde que permitam a identificação e participação efetiva na reunião, de forma que os participantes consigam simultaneamente ouvir uns aos outros. **Artigo 10.** A remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria será anualmente fixada pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição entre os membros da administração. **Artigo 11.** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, lavrado em livro próprio, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 47 deste Estatuto. **Parágrafo Único.** A posse dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal (quando aplicável) sujeita-se, ainda, à assinatura de termo de adesão às Políticas da Companhia, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria deverão, imediatamente após a investidura nos respectivos cargos, comunicar à B3 a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos. **Artigo 12.** Nos termos do artigo 156 da Lei das S.A., os administradores da Companhia que estejam em situação de interesse pessoal conflitante deverão identificar os demais membros do Conselho de Administração ou da Diretoria de seu impedimento de fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e a extensão do seu impedimento. **Seção II – Conselho de Administração. Subseção I – Composição. Artigo 13.** O Conselho de Administração será composto por 5 (cinco) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo 1º.** Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na assembleia geral que os eleger, sendo também considerado como independente o Conselheiro eleito mediante finalidade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei das S.A., na hipótese de haver acionista controlador ("Conselheiros Independentes"). **Parágrafo 2º.** Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no § 1º deste Artigo, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior. **Parágrafo 3º.** Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos. **Parágrafo 4º.** O membro do Conselho de Administração deverá ter reputação ilibada não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, quem: (i) atuar como administrador, conselheiro, consultor, advogado, auditor, executivo, empre-

gado ou prestador de serviços em sociedades que se envolvam em atividades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia. O membro do Conselho de Administração não poderá exercer direito de voto caso se configurem, supervenientemente à eleição, os mesmos fatores de impedimento, sem prejuízo do disposto no § 5º deste Artigo. **Parágrafo 5º.** O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os interesses da Companhia. **Parágrafo 6º.** No caso de vacância do cargo de membro do Conselho de Administração, um substituto provisório será nomeado pelos conselheiros remanescentes e deverá permanecer no cargo até a Assembleia Geral seguinte à sua nomeação, oportunidade em que será eleito o substituto oficial ao cargo, que deverá cumprir com o restante do mandato do membro do Conselho de Administração substituído originalmente. **Artigo 14.** O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente, que será eleito pela maioria de votos dos presentes, na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros, ou sempre que ocorrer renúncia ou vacância naqueles cargos. **Subseção II – Reuniões. Artigo 15.** O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado por seu Presidente ou por deliberação da maioria de seus membros, por convocação realizada na forma do § 1º deste Artigo. O Conselho de Administração pode deliberar, por unanimidade, acerca de qualquer outra matéria não incluída na ordem do dia. **Parágrafo 1º.** As convocações para as reuniões do Conselho de Administração deverão ser entregues por meio eletrônico ou por carta, pelo Presidente do Conselho de Administração, a cada membro do Conselho de Administração, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência, e com indicação da data, hora, lugar, ordem do dia detalhada e documentos a serem discutidos naquela reunião. Qualquer Conselheiro poderá, mediante solicitação escrita ao Presidente, solicitar que uma reunião seja convocada ou que itens sejam incluídos na ordem do dia. **Parágrafo 2º.** O Presidente do Conselho de Administração presidirá as reuniões do Conselho de Administração, ressalvadas as hipóteses de ausência ou impedimento temporário, previstas no parágrafo 6º abaixo. **Parágrafo 3º.** Cada Conselheiro terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do Conselho de Administração, sendo que as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de seus membros presentes na reunião. **Parágrafo 4º.** Caso não estejam fisicamente presentes, os membros do Conselho de poderão manifestar seu voto por meio de: (a) delegação de poderes feita em favor de outro membro do Conselho de Administração, (b) voto escrito enviado antecipadamente e (c) voto escrito transmitido por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, bem por sistema de áudio ou videoconferência ou outros meios semelhantes, desde que permitam a identificação e participação efetiva na reunião, de forma que os participantes consigam simultaneamente ouvir uns aos outros. **Parágrafo 5º.** Nas deliberações do Conselho de Administração, será atribuído ao Presidente do órgão o voto de qualidade, no caso de empate na votação. **Parágrafo 6º.** O presidente de qualquer reunião do Conselho de Administração não deverá levar em consideração e não computará o voto proferido com infração aos termos de qualquer acordo de acionistas que possa estar devidamente arquivado na sede da Companhia, conforme disposto no artigo 118 da Lei das S.A. **Parágrafo 7º.** Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente. **Parágrafo 8º.** Na hipótese de vacância permanente do Presidente, o Conselho de Administração se reunirá em até 60 (sessenta) dias a partir da data de vacância para a nomeação do novo Presidente do Conselho de Administração. **Parágrafo 9º.** Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração. **Subseção III – Competência Artigo 16.** Sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei e regulamentos aplicáveis, e por este Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração da Companhia: (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (b) aprovar e rever o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual da Companhia, bem como quaisquer alterações a estes documentos; (c) aprovar o código de conduta da Companhia e as políticas corporativas relacionadas a (i) divulgação de informações e negociação de valores mobiliários; (ii) gerenciamento de riscos; (iii) transações com partes relacionadas e gerenciamento de conflitos de interesses; (iv) remuneração de administradores; (v) indicação de administradores e (vi) alçadas de aprovação; (d) eleger e destituir os Diretores, definir suas atribuições e fixar sua remuneração, dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembleia Geral; (e) fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e de quaisquer outros atos; (f) escolher e substituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria; (g) apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral; (h) submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como deliberar sobre o levantamento de balanços semestrais, ou em períodos menores, e o pagamento ou crédito de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral; (i) convocar a Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das S.A.; (j) aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativa às controladas ou coligadas da Companhia envolvendo matéria(s) elencada(s) neste Artigo 16; (k) autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no Artigo 6 deste Estatuto Social, fixando o número, o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das ações; (l) dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto no § 1º do Artigo 6 deste Estatuto Social, (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis em ações; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços da Companhia ou de suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações; (m) deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes; (n) estabelecer a alçada para aprovar a contratação de obrigações de qualquer natureza, bem como a celebração de qualquer contrato, exceto em relação a contratos celebrados com clientes; (o) estabelecer a alçada para aprovar qualquer endividamento financeiro, emissão de debêntures e outros valores mobiliários representativos de dívidas; (p) estabelecer a alçada para aprovar a realização de qualquer despesa ou investimento pela Companhia, ou o desenvolvimento de novos projetos pela Companhia; (q) estabelecer a alçada para aprovar a constituição de ônus e outorga de garantias relativas a obrigações da Companhia; (r) estabelecer a alçada para aprovar a venda, aquisição, transferência, oneração, ou outra forma de alienação, pela Companhia, de ativos imobilizados, incluindo a constituição de quaisquer ônus sobre tais ativos imobilizados; (s) estabelecer a alçada para aprovar a constituição de sociedade, aquisição, alienação ou oneração pela Companhia de participação no capital social de outras sociedades, associações e/ou joint ventures; (t) aprovar seu próprio regimento interno e o regimento interno da Diretoria e de todos os Comitês; (u) designar os membros dos Comitês que vierem a ser instituídos pelo Conselho de Administração, incluindo os membros do Comitê de Auditoria, nos termos deste Estatuto Social; (v) estruturar um processo e avaliação do Conselho de Administração, de seus Comitês e da Diretoria; e (w) o ajustamento de qualquer processo contra qualquer Autoridade Governamental que não tenha como fundamento tese amplamente reconhecida na jurisprudência aplicável. **Seção III – Comitê de Auditoria. Subseção I – Composição. Artigo 17.** O Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo que: (i) ao menos 1 (um) membro deve ser membro do Conselho de Administração que não participe da Diretoria; (ii) a maioria dos membros deve ser independente, nos termos da regulamentação da CVM aplicável; e (iii) ao menos 1 (um) membro deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. **Parágrafo 1º.** O mesmo membro do Comitê de Auditoria pode acumular as características referidas no caput deste Artigo. **Parágrafo 2º.** É vedada a participação de diretores da Companhia, suas controladas, controladoras, coligadas ou sociedades sob controle comum, diretas ou indiretas, no Comitê de Auditoria. **Parágrafo 3º.** Os membros do Comitê de Auditoria devem atender aos requisitos previstos no art. 147 da Lei das S.A. **Subseção II – Eleição e Destituição. Artigo 18.** Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração e terão mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição por igual período, até o limite agregado de 10 (dez) anos. **Subseção III – Reuniões. Artigo 19.** O Comitê de Auditoria deverá se reunir sempre que necessário, mas no mínimo bimestralmente, de forma que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação. **Subseção IV – Competência. Artigo 20.** O Comitê de Auditoria deverá possuir autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes. **Artigo 21.** O Comitê de Auditoria e seus respectivos membros exercerão suas funções em conformidade com o seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. **Parágrafo 1º.** As atividades do coordenador do Comitê de Auditoria estão definidas em seu regimento interno. **Parágrafo 2º.** Adicionalmente às disposições deste Estatuto e do seu regimento interno, o Comitê de Auditoria observará todos os termos, requisitos, atribuições e composição prevista na Resolução CVM nº 23, emitida em 25 de fevereiro de 2021, conforme alterada, qualificando-se como Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) nos termos previstos na referida resolução normativa. **Artigo 22.** Compete ao Comitê de Auditoria, entre outras matérias descritas em seu regimento interno: (i) opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço; (ii) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: (a) a sua independência; (b) a qualidade dos serviços prestados; e (c) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (iii) supervisionar e acompanhar as atividades da área de controles internos, de auditoria interna e da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (iv) monitorar a qualidade e integridade: (a) dos mecanismos de controles internos; (b) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da companhia; e (c) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; (v) avaliar e monitorar as

exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (a) a remuneração da administração; (b) a utilização de ativos da Companhia; e (c) as despesas incorridas em nome da Companhia; (vi) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidências; (vii) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da Companhia; (viii) avaliar as informações trimestrais, intermediárias e demonstrações financeiras; (ix) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia; (x) possuir meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades; e (xi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação. **Seção IV – Diretoria. Subseção I – Composição. Artigo 23.** A Diretoria é o órgão de representação e direção executiva da Companhia, cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pelo Conselho de Administração, a condução dos negócios sociais, podendo e devendo praticar os atos necessários a tal fim. **Artigo 24.** A Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, será composta por até 4 (quatro) membros, sendo 1 (um) Diretor-Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, 1 (um) Diretor Técnico e Operações e 1 (um) Diretor Comercial. Os cargos de Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores são de preenchimento obrigatório e os demais de preenchimento facultativo. Os Diretores poderão acumular cargos. **Subseção II – Eleição e Destituição. Artigo 25.** Os membros da Diretoria serão eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia com prazo de mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição e destituição. **Artigo 26.** Os membros da Diretoria devem assumir seus cargos dentro de 30 (trinta) dias a contar das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, permanecendo em seus cargos até a investidura de novos Diretores eleitos. **Subseção III – Reuniões. Artigo 27.** Das reuniões da Diretoria lavrar-se-ão atas no respectivo livro de atas das Reuniões da Diretoria, que serão assinadas pelos Diretores presentes. **Artigo 28.** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário. As reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente, salvo acordo diverso entre os Diretores. **Artigo 29.** As reuniões serão convocadas por qualquer Diretor. Para que possam se instalar e validamente deliberar, é necessária a presença de todos os Diretores que estiverem no exercício de seus cargos. **Subseção IV – Competência. Artigo 30.** Compete aos Diretores cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, e a prática, dentro das suas atribuições, de todos os atos necessários ao funcionamento regular dos negócios da Companhia em seu curso normal, observadas as alçadas da Diretoria fixadas pelo Conselho de Administração, o regimento interno da Diretoria e a as competências dos demais órgãos societários. **Artigo 31.** Compete à Diretoria, como órgão colegiado, ademais de implementar as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração: (a) administrar os negócios sociais em geral e praticar, para tanto, todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo presente Estatuto atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração; (b) realizar todas as operações e praticar todos os atos de administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, de acordo com a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo resolver sobre a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avaliar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e as disposições estabelecidas neste Estatuto Social; (c) preparar as demonstrações financeiras anuais e trimestrais, para submissão ao Conselho de Administração, bem como, se for o caso, demonstrações ou balancetes emitidos em menor periodicidade; (d) aprovar e submeter, anualmente, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; (e) propor ao Conselho de Administração o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual; (f) deliberar sobre a abertura e o fechamento de filiais; e (g) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. **Parágrafo 1º.** Compete ao Diretor-Presidente: (i) coordenar as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia; (ii) presidir as reuniões da Diretoria; (iii) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; (iv) manter os acionistas informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações; e (v) exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelos acionistas. **Parágrafo 2º.** Compete ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área financeira, jurídica e administrativa da Companhia; (ii) dirigir e orientar a elaboração do orçamento; (iii) dirigir e orientar as atividades de tesouraria da Companhia, incluindo a captação e administração de recursos; (iv) estabelecer e supervisionar o relacionamento da Companhia com instituições financeiras nacionais e estrangeiras, autoridades administrativas de controle do sistema financeiro e do mercado de valores mobiliários, autoridades fiscais, autoridades aduaneiras e autoridades previdenciárias; (v) planejar a elaboração do orçamento consolidado, do plano de negócios e orçamento plurianual da Companhia; (vi) supervisionar e administrar as áreas ou funções de controles e projeções financeiras, de gerenciamento de riscos, consolidando e reportando os resultados da Companhia e de suas subsidiárias; (vii) prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação; (viii) representar a Companhia isoladamente perante a CVM, as bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia; (ix) desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor-Presidente; (x) representar isoladamente a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, Banco Central do Brasil, B3, entidades administradoras de mercados de balcão organizados), competindo-lhe prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação; (xi) representar a Companhia isoladamente perante a CVM, as bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia e (xii) desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor-Presidente. **Parágrafo 4º.** Compete ao Diretor Técnico e Operações: (i) coordenar o desenvolvimento das atividades industriais, regulatórias, de pesquisa e desenvolvimento e de controle de qualidade da Companhia; (ii) exercer outras atribuições que lhe forem definidas pelo Conselho de Administração, auxiliando, sempre que necessário, o Diretor Presidente e os demais diretores da Companhia. **Parágrafo 5º.** Compete ao Diretor Comercial: (i) coordenar o desenvolvimento das atividades de distribuição, logística e comercialização da Companhia; (ii) prospectar, analisar e negociar oportunidades de investimentos e desinvestimento para a Companhia; (iii) analisar e avaliar atividades a serem desenvolvidas e/ou realizadas pela Companhia, inclusive a partir do exame da viabilidade econômico-financeira das novas oportunidades de negócios; e (iv) exercer outras atribuições que lhe forem definidas pelo Conselho de Administração, auxiliando, sempre que necessário, o Diretor Presidente e os demais diretores da Companhia. **Subseção V – Representação. Artigo 32.** Observados as alçadas da Diretoria fixadas pelo Conselho de Administração, o regimento interno da Diretoria e a as competências dos demais órgãos societários, a Companhia será sempre representada, em todos os atos, (i) por 2 (dois) Diretores em conjunto; ou (ii) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador especialmente nomeado para tanto, de acordo com o parágrafo 1º abaixo; ou (iii) pela assinatura de 2 (dois) procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes; ou (iv) por 1 (um) procurador agindo isoladamente sempre que o ato a ser praticado for relativo aos poderes *ad judicium*. **Parágrafo 1º.** Todos os atos e documentos que importem responsabilidade ou obrigação para a companhia, tais como escrituras de qualquer natureza, cheques, notas promissórias, letras de câmbio, ordens de pagamento, títulos de dívida em geral, contratos (inclusive financeiros), dentre outros, serão obrigatoriamente assinados pelo Diretor Presidente em conjunto com 01 (um) Diretor ou 01 (um) procurador constituído nos termos do parágrafo anterior, quando envolverem valores individuais acima de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) ou a alienação (inclusive constituição de ônus) a qualquer título de bens do ativo imobilizado da Companhia ou a ele destinados. **Parágrafo 2º.** Todas as procurações serão outorgadas pela assinatura Diretor Presidente em conjunto com 01 (um) outro Diretor, agindo em conjunto, sendo um deles necessariamente o Diretor Presidente ou o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, mediante mandato com poderes específicos e prazo determinado, exceto nos casos de procurações *ad judicium*, caso em que o mandato pode ser por prazo indeterminado, por meio de instrumento público ou particular. **Parágrafo 3º.** Qualquer dos Diretores ou procurador, isoladamente, poderá representar, ativa ou passivamente, a Companhia em juízo, bem como perante repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais. **Parágrafo 4º.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, os atos de quaisquer Diretores, procuradores, prepostos e empregados que envolvam ou digam respeito a operações ou negócios estranhos ao objeto social e aos interesses sociais, tais como fianças, avais, endossos e qualquer garantia em favor de terceiros, salvo quando expressamente aprovados pelo Conselho de Administração em reunião e nos casos de prestação, pela Companhia, de avais, abonos e créditos para empresas controladas ou coligadas, em qualquer estabelecimento bancário, crédito ou instituição financeira, departamento de crédito rural, de crédito comercial, de contratos de câmbio, e outras operações aqui não especificadas, sendo a Companhia, nestes atos, representada por no mínimo 2 (dois) Diretores, ou por um diretor e um procurador com poderes específicos para a prática do ato. **Capítulo IV – Dos Comitês de Assessoramento. Artigo 33.** O Conselho de Administração, para melhor desempenho de

continua ➔

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/12/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continua ➔

suas funções, poderá criar comitês de assessoramento ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que serão compostos por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia ou aos seus afiliados. Caberá ao Conselho de Administração a aprovação do regimento interno dos comitês ou grupos de trabalho eventualmente criados, bem como a eleição de seus membros. **Capítulo V – Do Conselho Fiscal. Artigo 34.** A Companhia terá um Conselho Fiscal de caráter não permanente, composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos, e suplentes em igual número. Uma vez instalado, o Conselho Fiscal terá as atribuições que a Lei lhe confere, e à Assembleia Geral que determinar a sua instalação elegerá seus membros e fixar-lhes-á a remuneração. **Parágrafo 1º.** Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, lavrado em livro próprio, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 47 deste Estatuto Social. **Capítulo VI – Da Assembleia Geral. Seção I – Organização. Artigo 35.** A Assembleia Geral dos acionistas é o órgão superior de deliberações da companhia, podendo reunir-se em caráter ordinário e extraordinário. **Parágrafo Único.** A Assembleia Geral ordinária realizar-se-á nos primeiros 4 (quatro) meses seguintes ao encerramento do exercício social e a extraordinária sempre que os interesses sociais assim o exigirem. **Artigo 36.** As decisões da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco, ressalvadas as exceções previstas em lei e observado o disposto neste Estatuto Social e no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. **Parágrafo 1º.** A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou por qualquer outro membro do Conselho de Administração, em caso de impedimento do Presidente do Conselho de Administração, ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se e quando instalado, mediante anúncio publicado, devendo a primeira convocação ser feita com antecedência mínima de 21 (vinte e um) dias, e a segunda com antecedência mínima de 8 (oito) dias, observado, ainda, o disposto na regulamentação da CVM que dispõe sobre informações, pedidos de procuração, participação e votação a distância em assembleias gerais. **Parágrafo 2º.** A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A. **Parágrafo 3º.** As atas de Assembleias deverão ser lavradas no livro de Atas das Assembleias Gerais, e poderão, caso assim aprovado na Assembleia Geral em questão, ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos e publicadas com omissão das assinaturas. **Artigo 37.** Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, instalada e presidida por outro Conselheiro, Diretor ou acionista indicado por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração. O Presidente da Assembleia Geral indicará até 2 (dois) Secretários. **Artigo 38.** Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número. **Parágrafo Único.** O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundo de investimento que represente os condôminos. **Seção II – Competência. Artigo 39.** Sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei e regulamentos aplicáveis, e por este Estatuto Social, compete à Assembleia Geral: (a) tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras; (b) alterar o Estatuto Social da Companhia; (c) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos; (d) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado; (e) fixar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; (f) deliberar sobre qualquer decisão relacionada à fusão, incorporação, cisão ou outra reorganização societária envolvendo a Companhia ou qualquer sociedade na Companhia; (g) deliberar sobre qualquer decisão relacionada à dissolução ou liquidação envol-

vendo Companhia e/ou cessação do estado de liquidação da Companhia; (h) aprovar planos de concessão de ações ou de outorga de opção de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia ou de suas controladas; (i) aprovar previamente a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão nas hipóteses cuja aprovação em Assembleia Geral seja prescrita na regulamentação em vigor; (j) suspender o exercício de direitos de acionista, conforme previsto em lei e neste Estatuto Social, não podendo, nessa deliberação, votar o(s) acionista(s) cujos direitos poderão ser objetos de suspensão; (k) eleger e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação (l) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e (m) deliberar sobre a celebração de transações cujo valor corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da companhia constantes do último balanço aprovado. **Parágrafo Único.** A Companhia não concederá financiamentos ou garantias para os acionistas, membros de seu Conselho de Administração ou Conselho Fiscal (quando instalado) ou seus Diretores. **Artigo 40.** O presidente da Assembleia Geral não computará qualquer voto proferido em violação ao presente Estatuto ou ao acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, sob pena de responsabilidade pessoal. **Capítulo VII – Do Exercício Social, Das Demonstrações Financeiras e Distribuição de Lucros. Artigo 41.** O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social, serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. **Parágrafo 1º.** Além das demonstrações financeiras ao fim de cada exercício social e trimestre, a Companhia fará elaborar as demonstrações financeiras trimestrais, com observância dos preceitos legais pertinentes. **Parágrafo 2º.** Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto e na Lei das S.A. **Parágrafo 3º.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social, nos termos do Artigo 189 da Lei das S.A. **Artigo 42.** Após realizadas as deduções contempladas no Artigo acima, o lucro líquido deverá ser alocado da seguinte forma: (a) 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício social serão alocados para a reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que no exercício social em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal, nos termos do artigo 193, parágrafo 1º, da Lei das S.A.; (b) uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.; (c) a parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais para investimentos poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório e destinada para a reserva de incentivos fiscais; (d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item (f) abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das S.A.; (e) uma parcela não superior à diferença entre (a) 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das S.A. (incluindo, portanto, eventual destinação de parcela do lucro líquido para constituição de reserva para contingências) e (b) a reserva indicada no item (c) acima, poderá ser destinada à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro da companhia, ficando ressalvado que o saldo acumulado desta reserva não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social da Companhia; e (f) o saldo remanescente será distribuído aos acionistas como dividendos, assegurada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 15% (quinze por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei das S.A. **Parágrafo 1º.** O dividendo previsto na alínea (f) do caput deste Artigo não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria informar à Assembleia Geral não ser ele compatível com a situação financeira da Companhia. O Conselho Fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação dentro de 5 (cinco) dias da realização da Assembleia Geral, e os Diretores deverão protocolar na CVM um relatório fundamentado, justificando a informação transmitida à Assembleia. **Parágrafo 2º.** Os Lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do § 1º deste Artigo serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir, nos termos do Artigo 202, parágrafo 5º, da Lei das S.A. **Artigo 43.** A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá: (a) distribuir dividendos com base em lucros apurados nos balanços semestrais; (b) levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos com base nos lucros nele apurados, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, parágrafo 1º da Lei das S.A.; (c) distribuir dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existente no último balanço anual ou semestral; e creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor dos dividendos a serem distribuídos pela Companhia, passando a integrá-los para todos os efeitos legais. **Artigo 44.** A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável, sem prejuízo do disposto no Artigo 6, parágrafo 2º deste Estatuto Social. **Artigo 45.** Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia. **Capítulo VIII – Da Dissolução e da Liquidação. Artigo 46.** A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante, e o Conselho Fiscal, quando instalado, para funcionar durante a fase de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração. **Capítulo IX – Da Legislação Aplicável e Arbitragem. Artigo 47.** A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das S.A., no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral. **Capítulo X – Disposições Finais e Transitórias. Artigo 48.** Deverão ser observadas pelos acionistas, pelos administradores, pelos membros do Conselho Fiscal e pela Companhia, as disposições de acordo(s) de acionistas da Companhia arquivado(s) em sua sede, sendo lhes expressamente vedado praticar qualquer ato em desconformidade ou acatar ou registrar qualquer declaração de voto de qualquer acionista signatário ou administrador vinculado ao(s) acordo(s) de acionistas arquivado(s) na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou direitos de subscrição de ações ou outros valores mobiliários em descumprimento ao previsto em referido(s) acordo(s) de acionistas. **Artigo 49.** Os acordos de acionistas devidamente arquivados na sede da Companhia que, dentre outras disposições, estabeleçam cláusulas e condições para compra, venda, transferência e oeração de ações de emissão da Companhia, preferência ou opção de compra ou venda para adquiri-las, exercício do direito de voto, ou poder controle, serão respeitados pela Companhia, por sua administração e pelos demais acionistas. **Artigo 50.** Os casos omissos no presente Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com as disposições da Lei das S.A.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/12/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Coesa S.A.

CNPJ/MF nº 42.169.838.0001-53

Balancos Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021						Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Controladora e Consolidado) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021						
(Valores Expressos em Milhares de Reais – R\$)						(Valores expressos em Milhares de Reais – R\$)						
Ativo	Controladora		Consolidado			Capital Social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total controladora	Participação de não controladores	Total consolidado
	Nota	2022	2021	2022	2021							
Ativo circulante												
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	–	8.547	20.213	Saldos em 31 de dezembro de 2020	–	–	–	–	–	–
Contas a receber	5	–	–	773.094	83.087	Integralização de capital em 01 de junho de 2021	–	–	–	–	–	–
Estoques	6	28	–	20.029	11.671	Prejuízo do exercício	–	–	(3.455.094)	(3.455.094)	(36)	(3.455.130)
Adiantamento a terceiros		2.073	793	28.978	11.671	Outros resultados abrangentes	–	134.081	–	134.081	–	134.081
Despesas antecipadas		–	–	3.643	3.471	Total do resultado abrangente do exercício	–	134.081	(3.455.094)	(3.321.013)	(36)	(3.321.049)
Impostos a recuperar	8	–	–	10.477	11.646	Outras mutações patrimoniais	–	–	–	–	–	–
Outros ativos		–	–	31.985	55.542	Cisão parcial em 01 de dezembro de 2014	–	–	–	–	–	–
Total do ativo circulante		2.102	793	876.783	202.784	Transações com controladas	–	–	–	–	–	–
Ativo não circulante						Saldos em 31 de dezembro de 2021	–	134.081	(3.455.094)	(3.321.013)	(122.046)	(122.046)
Contas a receber	5	–	–	39.530	43.077	Integralização de capital em 01 de junho de 2021	–	134.081	(3.455.094)	(3.321.013)	(122.082)	(3.443.095)
Partes relacionadas	7.1	1.663	1.386	65.001	1	Prejuízo do exercício	–	–	1.186.859	1.186.859	10.625	1.197.484
Impostos a recuperar	8	–	–	14	20	Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	6.595	6.595
Depósitos judiciais e outros		–	–	37.401	41.849	Total do resultado abrangente do exercício	–	–	1.186.859	1.186.859	17.220	1.204.079
Despesas antecipadas		–	–	5.637	806	Transações com controladas	–	–	–	–	–	–
Títulos a receber	16	–	–	1.064.086	1.148.161	Saldos em 31 de dezembro de 2022	–	134.081	(2.268.235)	(2.134.154)	(104.862)	(2.239.017)
Outros ativos		6	–	2.799	2.276	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.						
Investimentos	9	–	–	2.531	2.531							
Imobilizado	10	–	–	27.555	46.940							
Intangível		–	–	824	1.264							
Total do ativo não circulante		1.669	1.386	1.565.302	1.286.925							
Total do ativo		3.771	2.179	2.442.085	1.489.709							
Passivo												
Passivo circulante												
Fornecedores	12	1.095	298	793.498	875.022							
Empréstimos e financiamentos	11	–	–	83.877	–							
Salários, provisões e contribuições sociais		1.552	1.074	100.496	82.091							
Tributos e contribuições a recolher		1.922	433	660.256	604.116							
Imposto de renda e contribuição social a pagar		–	–	194.930	215.937							
Adiantamentos de terceiros	13	–	–	198.134	179.518							
Receita diferida	14	–	–	1.108	267							
Parcelamento de tributos federais		–	–	1.475	22.978							
Conta corrente de consórcios		–	–	1.133	132.679							
Retenções contratuais		–	–	26.084	26.279							
Acordo global órgãos públicos		–	–	56.202	14.393							
Outras passivos		–	–	112.382	129.140							
Total do passivo circulante		4.569	1.805	2.239.575	2.370.596							
Passivo não circulante												
Fornecedores	12	–	–	576.705	142.796							
Empréstimos e financiamentos	11	–	–	7.390	39.200							
Tributos e contribuições a recolher		–	–	45.249	21.490							
Impostos de renda e contribuição social diferidos	15	–	–	6.893	292.465							
Parcelamento de tributos federais		–	–	30.332	46.894							
Partes relacionadas	7.1	20.039	4.193	18.242	18.794							
Adiantamentos de terceiros	13	–	–	14.836	14.836							
Provisões para contingências	18	–	–	462.389	480.652							
Provisão para perdas em investimentos	9	2.113.317	3.317.194	28.647	52							
Receita diferida	14	–	–	234.727	338.827							
Acordo global órgãos públicos		–	–	483.665	69.627							
Títulos a pagar	16	–	–	482.806	1.061.838							
Outros passivos		–	–	49.646	34.737							
Total do passivo não circulante		2.133.356	3.321.387	2.441.527	2.562.208							
Patrimônio líquido												
Capital social	17	–	–	–	–							
Outros resultados abrangentes		134.081	134.081	134.081	134.081							
Prejuízos acumulados		(2.268.235)	(3.455.094)	(2.268.235)	(3.455.094)							
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto) dos controladores		(2.134.154)	(3.321.013)	(2.134.154)	(3.321.013)							
Participação dos não controladores		–	–	(104.863)	(122.082)							
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(2.134.154)	(3.321.013)	(2.239.017)	(3.443.095)							
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		3.771	2.179	2.442.085	1.489.709							
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.						As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.						

Demonstrações dos Resultados – Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021						Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021					
(Valores expressos em Milhares de Reais – R\$)						(Valores expressos em Milhares de Reais – R\$)					
	Nota	2022	2021	2022	2021		Nota	2022	2021	2022	2021
Receita líquida	19	–	–	286.036	130.712	Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Custos dos serviços prestados	20	–	–	(254.251)	(184.184)	Prejuízo do exercício antes dos impostos		1.186.858	(3.455.094)	872.757	(3.154.271)
Lucro (prejuízo) bruto		–	–	31.785	(53.472)	Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício antes dos impostos: Resultado de equivalência patrimonial		9	–	–	2.021
Despesas gerais e administrativas	20	(17.173)	(3.791)	(65.470)	(220.738)	Depreciações e amortizações		20	–	–	67
Outras receitas (despesas), líquidas	20	2	(3.827.287)	148.010	(3.751.318)	Variações monetárias, cambiais e encargos – líquidas		22	–	–	(1.633.849)
Recetas (despesas) operacionais		(17.171)	(3.831.078)	82.540	(3.972.056)	Ajuste a valor justo			–	–	438.445
Lucro (prejuízo) antes da equivalência, receitas (despesas) financeiras e impostos		(17.171)	(3.831.078)	114.325	(4.025.528)	Provisão para perda de investimentos			–	–	–
Resultado de equivalência patrimonial	9	–	–	(2.021)	(58)	Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos			1.186.703	(3.455.066)	
Provisão para perda de investimentos	9	1.203.874	376.012	838	–	Recetas financeiras			186	–	1.457.290
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos						Despesas financeiras			(31)	(28)	
Recetas financeiras						Resultado financeiro			155	(28)	
Despesas financeiras						Lucro (prejuízo) antes dos impostos			1.186.858	(3.455.094)	
Resultado financeiro	22					Imposto de renda e contribuição social			15	–	
Lucro (prejuízo) antes dos impostos						Correntes			–	–	
Imposto de renda e contribuição social	15					Diferidos			–	–	
Correntes						Lucro (prejuízo) do exercício			1.186.858	(3.455.094)	
Diferidos						Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos: Controladores				1.186.858	
Lucro (prejuízo) do exercício						Não controladores				10.625	
Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos: Controladores						Total				1.197.483	
Não controladores						As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.					
Total											

Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021					
(Valores expressos em Milhares de Reais – R\$)					
	2022	2021	2022	2021	
Lucro (prejuízo) do exercício	1.186.858	(3.455.094)	1.197.483	(3.455.130)	
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:					
Ajustes de avaliação patrimonial nas investidas	–	134.081	–	134.081	
Total do resultado abrangente do exercício	1.186.858	(3.321.013)	1.204.078	(3.321.049)	
Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos: Controladores					
Não controladores					

1. Informações sobre o Grupo COESA – A COESA S.A. (“COESA” ou “Companhia”) foi constituída em 01 de junho de 2021 e é uma Companhia domiciliada no Brasil, com sede localizada na Rua Joaquim Floriano, 466, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo-SP. A Companhia e suas controladas têm por objetivo a exploração da atividade de engenharia civil e da indústria da construção civil e pesada, inclusive o gerenciamento e execução de projetos e obras, e a participação em Companhias de qualquer ramo empresarial. A Companhia tem como único acionista, o ZEGAMA Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Controladora”) ou “FIP ZEGAMA”, com participação de 100,00% do seu capital social. Em 02 de julho de 2021, o FIP ZEGAMA alienou suas ações da COESA P&E para a Companhia. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo COESA” e individualmente como “entidades do Grupo ou controladas”), conforme descritas na nota 1.3. 1.1. Reestruturação societária do Grupo Metha (“M&A”) Em 31 de março de 2021, a Metha S.A. (atual denominação da OAS S.A.) (“Metha”) com o objetivo de readequar sua estrutura societária e organizacional e implementar uma reorganização societária em seu grupo empresarial, alienou as ações da Construtora COESA S.A. (atual denominação da Construtora OAS S.A.) para a sua então subsidiária integral COESA Participações e Engenharia S.A. (atual denominação da OAS Engenharia S.A.) (“COESA P&E”). Em 20 de abril de 2021, a Metha realizou aumento de capital na sua então controlada direta COESA P&E, apurado com base em laudo de avaliação emitido por empresa especializada, composto pelos seguintes bens e direitos: i) Investimento nas controladas COESA Construção e Montagens S.A. (atual denominação da OAS Engenharia e Construção S.A.), EPP Energia Elétrica, Promoção e Participações Ltda., COESA Internacional S.A. (atual denominação da OAS Internacional S.A.), Solace Empreendimentos Imobiliários S.A., Empresa Peruana de Águas S.A., Construtora OAS Angola Ltda., OAS Investments Limited (BVI) e OAS Restructuring Limited (Cayman). ii) Créditos e débitos de conta corrente intercompany. Em 14 de maio de 2021, a Metha alienou sua participação na COESA P&E ao FIP ZEGAMA. 1.2. Recuperação judicial de determinadas controladas do Grupo COESA: Em 15 de outubro de 2021, a controlada COESA P&E e as controladas indiretas, COESA C&M, Construtora COESA, COESA Engenharia, COESA Logística, OAS Investments BVI e COESA Finance, em vista da situação financeira desfavorável que se encontrava, aliada a uma série de outros fatores, dentre os quais destacamos: (i) a forte retração do setor de construção civil e da economia, (ii) restrição a linhas de crédito; ajudou, no Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, distribuído sob nº 1111746-12.2021.8.26.0100, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05 (“Lei de Recuperação Judicial”). A COESA P&E e suas controladas em recuperação judicial, avaliaram que, diante dos desafios decorrentes do agravamento da sua situação econômico-financeira, a Recuperação Judicial era a medida mais adequada para proteger o valor dos seus ativos, bem como para atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades. Em 22 de outubro de 2021, o Juízo da 1ª Vara Empresarial de Recuperação Judicial e Falências do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo (“1ª Vara de Recuperação”) deferiu o processamento da recuperação judicial da Controladora, tendo sido nomeado como administrador judicial (art. 52, I, e art. 64 da Lei de Recuperação Judicial) Laspro Consultores Ltda. Em 24 de outubro de 2022, o MM. Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, homologou, com ressalvas, o Plano de Recuperação Judicial unitário, apresentado pelas devedoras e aprovado pelos credores em assembleia, bem como concedeu a recuperação judicial à COESA PARTICIPAÇÕES E ENGENHARIA S.A., CONSTRUTORA COESA S.A., COESA CONSTRUÇÃO E MONTAGENS S.A., COESA ENGENHARIA LTDA., COESA LOGÍSTICA E COMÉRCIO EXTERIOR S.A., OAS INVESTMENTS LIMITED e OAS FINANCE LIMITED. 1.3. Situação financeira atual: Capital circulante negativo e passivo a descoberto: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui capital circulante na controladora e no consolidado R\$ 2.467 e R\$ 1.362.792, respectivamente, e passivo a descoberto de R\$ 2.134.154 e R\$ 2.239.017, respectivamente. A Administração avalia que a sua atual condição financeira desfavorável tem caráter provisório e deve-se, principalmente: à forte retração do setor e da economia em geral; ao ambiente negocial restritivo que fez a companhia revisar para baixo suas expectativas de recebimento de créditos; e sobretudo, à retração do crédito, em função das notícias relacionadas às investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal. 1.4. Entidades do grupo: a) Empresas controladas: A lista a seguir apresenta as participações nas empresas controladas consideradas nas informações consolidadas:

Empresas	Participação no Capital Social	2022	2021	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Construção: Consórcio Hospital de Rancagua S/A (“Rancagua”) Empresa Peruana de Águas – EPASA (“EPASA”) Construtora OAS Angola Ltd Hidroelectrica Chihuidos Inambari Geração de Energia S.A. SPE Ponte Estaiada OAS Marquise Ltda. (“Ponte Estaiada”) Infraestrutura: Ecovap – Engenharia e Construções Vale do Paraíba Ltda. (“Ecovap”) Egsaur SAC EPP – Energia Elétrica, Promoções e Participações Ltda. (“EPP Energia”) Outras OAS Investments Ltd (BVI) OAS Finance Ltd (BVI) COAS Internacional S.A. As demonstrações contábeis consolidadas que compreendem a Companhia e suas controladas, foram preparadas de acordo com os seguintes principais critérios: (i) eliminação dos saldos entre as sociedades objeto da consolidação; (ii) eliminação dos investimentos entre as sociedades consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida;	–	100,00%	–	100,00%
	–	100,00%	–	100,00%
	–	99,99%	–	99,99%
	–	100,00%	–	100,00%
	–	100,00%	–	100,00%
	–	60,00%	–	60,00%
	–	70,00%	–	70,00%
	–	100,00%	–	100,00%
	–	100,00%	–	100,00%
	–	49,00%	–	49,00%

2. Base de elaboração e políticas contábeis das demonstrações contábeis – 2.1. Declaração de conformidade:					
A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas pelos administradores em 28 de abril de 2023. As demonstrações contábeis da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram elaboradas no pressuposto de continuidade dos negócios e compreendem: • As demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). • As demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC, e com a normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS). As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC. Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável as demonstrações contábeis separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. 2.2. Base de elaboração: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela avaliação de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, que estão mensurados pelo valor justo. a) Moeda funcional e moeda de apresentação: As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (R\$ – reais), utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas referentes às controladas diretas e indiretas localizadas no exterior, são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a entidade atua (“a moeda					

... continuação

moeda estrangeira, são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações. **2.3. Políticas contábeis:** a) **Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras, cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. b) **Instrumentos financeiros: Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados conforme abaixo: • **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado,** que correspondem aos ativos que o objetivo é mantê-lo até o fim do fluxo de caixa contratual e ativos que contêm, exclusivamente, pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto. • **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes,** que correspondem a ativos cujo objetivo seja mantê-lo até o fim do recebimento dos fluxos contratuais ou pela venda do ativo, ou ativos que contêm pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto. • **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado,** que correspondem a ativos que não atendem as condições de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. No reconhecimento inicial, a Companhia irá avaliar individualmente cada ativo, para classificá-lo de acordo com as estratégias e modelos de negócio da Administração. **Desreconhecimento (baixa)** Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando: • A instituição não tiver expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele. • A instituição transfere o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou reter os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se a instituição transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo. a.1) Redução do valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia e suas controladas avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda"), e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é reconhecido quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos, exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo. Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. **Instrumentos financeiros – apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Valor justo dos instrumentos financeiros:** O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo dos instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado, referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo dos instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na nota explicativa nº 11.3. c) **Estoque:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. d) **Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão. Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes na venda ou baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. e) **Investimentos e base de consolidação:** e.1) Investimentos em empresas controladas: As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de entidades (incluindo entidades estruturadas) controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: • tem poder sobre a investida; • está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • tem a capacidade de usar esse poder para afetar os resultados da investida. A Companhia avalia se retém o não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo: • a dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto; • direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes; • direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras. Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àsquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades do Grupo, são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas. Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia as informações contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. e.2) Mudanças nas participações do Grupo em contro-

Coesa S.A.

ladas existentes. Nas demonstrações contábeis, as mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas, são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações do Grupo e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas, é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia. Quando o Grupo perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda é reconhecido na demonstração do resultado e é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras, se houver. Todos os valores reconhecidos anteriormente em "Outros resultados abrangentes" relacionados à controlada são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos ou passivos da controlada (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido, conforme requerido ou permitido pelas IFRSs aplicáveis). e.3) Investimentos em coligadas e joint ventures: Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (joint venture). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas contábeis e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas. Uma joint venture é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto sobre o acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Os resultados e os ativos e passivos de coligadas ou joint ventures são incorporados nestas demonstrações contábeis consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento, ou uma parcela dele, é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a IFRS 5 (equivalente ao CPC 31). De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada ou joint venture é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação do Grupo no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada ou joint venture. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou joint venture ultrapassa a participação do Grupo nessa coligada ou joint venture (que inclui quaisquer participações de longo prazo que, em sua essência, formam parte do investimento líquido do Grupo na coligada ou joint venture), o Grupo deixa de reconhecer sua participação em perdas adicionais. As perdas adicionais são reconhecidas somente na medida em que o Grupo incorreu em legais ou presumidas ou assumiu obrigações em nome da coligada ou joint venture. e.4) **Consórcios:** A Controladora e suas controladas participam de consórcios em diversos empreendimentos, e os consolidam na proporção dos respectivos percentuais de participação. f) **Tributação:** f.1) Impostos de renda correntes: A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por cada entidade do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. f.2) Impostos de renda diferidos: O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável, nem o lucro contábil. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados, considerando a apuração por entidade, apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. g) **Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. h) **Provisões:** A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. i) **Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes:** A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo; a norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia e suas controladas adotam o prazo de 12 meses como ciclo operacional. j) **Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. k) **Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. l) **Reconhecimento da receita:** 1) Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção. A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que eles resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. O estágio de conclusão

é avaliado pela referência física ou financeira dos trabalhos realizados. O critério a ser adotado depende dos termos de cada contrato e de todos os fatos e circunstâncias relacionadas. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. m) **Participação nos resultados:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa referentes à provisão de participação nos resultados do exercício. A administração utiliza como base de cálculo dessa provisão o resultado associado a uma métrica de atingimento de metas e objetivos específicos, os quais são estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. n) **Ganhos e perdas atuariais do plano de assistência médica e outros custos de planos de benefícios a colaboradores:** A Companhia concede também determinados benefícios de extensão de assistência médica a colaboradores aposentados que tenham o direito ao benefício. Os custos associados às contribuições efetuadas pela Companhia e por suas controladas aos planos são reconhecidos, pelo regime de competência, como outros resultados abrangentes. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente. o) **Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). **2.4. Novas normas, interpretações e alterações já adotadas no período corrente:** Definição de um negócio (alteração a IFRS 3). As alterações a IFRS 3 são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020. A Empresa deve aplicar a definição revisada de um negócio para as aquisições que ocorreram em ou após 1º de janeiro de 2020, para determinar se deveriam ser contabilizadas de acordo com a IFRS 3. Não é permitido reavaliar aquisições ocorridas antes da data de vigência da referida revisão. A aplicação desta norma não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. Impactos da COVID-19 nas concessões de aluguel (Alterações a IFRS 16). A partir de 1º de junho de 2020, a IFRS 16 foi alterada para fornecer um expediente prático para os locatários que contabilizam as concessões de aluguel recebidas como consequência direta da pandemia do COVID-19 e satisfazem todas as seguintes condições: • a alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração; • qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (por exemplo, um benefício concedido em um arrendamento cumpria esta condição se resultasse em pagamentos de arrendamento reduzidos em ou antes de 30 de junho de 2021 e em pagamentos de arrendamento aumentados que se estendessem após 30 de junho de 2021); • não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento. As concessões de aluguel que satisficam esses critérios podem ser contabilizadas de acordo com o expediente prático, o que significa que o locatário não avalia se a concessão de aluguel atende à definição de uma modificação de locação. A aplicação desta norma não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. **2.5. Novas normas que ainda não estão em vigor:** Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37). Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica, quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma. **Outras normas:** Para as seguintes normas ou alterações a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • **Alteração na norma IAS 16 Imobilizado** – Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022; • **Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020** efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022; • **Alteração na norma IFRS 3** – inclui alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual das IFRS. As alterações a IFRS 3 são efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022; • **Alteração na norma IFRS 17** – inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros. Alteração à IFRS 17 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • **Alteração na norma IAS 1** – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Alteração à IAS 1 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • **Alteração na norma IFRS 4** – Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Alteração à IFRS 4 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e • **Alteração nas normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16** (Reforma da Taxa de Juros de Referência – IBOR "fase 2") – As alterações são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, e esclarecem aspectos referentes à definição da taxa de juros de referência para aplicação nessas normas. A aplicação desta interpretação não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia e suas controladas.

3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas – 3.1. Uso de estimativa e julgamento: A preparação das demonstrações contábeis consolidadas, de acordo com as normas IFRSs e os CPCs, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que elas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas quanto às premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste relevante dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, provisões, custo orçado dos empreendimentos e contratos de construção, garantias e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. **3.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** a) **Julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. b) **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: b.1) Reconhecimento de receita e margem dos contratos de construção e provisões para contratos: O resultado estimado dos contratos é revisado, mensalmente, durante a execução dos contratos e representa a melhor estimativa dos benefícios econômicos futuros do contrato, bem como os riscos e obrigações a ele associados. Quando a revisão do resultado estimado dos contratos indica que os custos totais do contrato excedam a receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como uma despesa no resultado do exercício. b.2) Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao

valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. b.3) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros: O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

4. Caixa e equivalentes de caixa	Controladora Consolidado			
	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos	1	–	8.116	5.397
Certificados de depósito bancário	–	–	350	14.535
– CDB	–	–	72	270
Aplicações financeiras	–	–	9	11
Demais aplicações financeiras	1	–	8.547	20.213
Total	–	–	–	–

Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa, têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

5. Contas a receber	Controladora Consolidado			
	2022	2021	2022	2021
Prestação de serviços de construção	–	–	1.217.409	668.042
Governos (a)	–	–	221.503	232.013
Privados	–	–	70.074	69.297
Partes relacionadas (Nota 7.2)	–	–	–	–
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (b)	–	–	(696.362)	(843.188)
Total	–	–	812.624	126.164
Circulante	–	–	773.094	83.087
Não circulante	–	–	39.530	43.077
Total	–	–	812.624	126.164

(a) Em 31 de dezembro de 2022, tem-se um saldo consolidado de contas a receber de clientes no ativo não circulante, provenientes de direitos a receber no Brasil e Exterior, dos governos Federal, Estadual e Municipal. Tais créditos se referem, substancialmente, a serviços prestados, medidos, aprovados e também cujas faturas emitidas estão em aberto, para as quais estão sendo tomadas medidas administrativas e judiciais de cobrança. Considerando as características e natureza destes créditos, a Administração da Companhia não espera incorrer em perdas adicionais. (b) A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise da situação financeira de cada cliente e, em caso de processos judiciais de cobrança, em pareceres da respectiva assessoria jurídica e é considerada suficiente pela administração para a cobertura de eventuais riscos de crédito.

Aging list do contas a receber	Controladora Consolidado			
	2022	2021	2022	2021
A vencer	–	–	104.795	30.872
Titulos vencidos até 30 dias	–	–	1.680	1.022
Titulos vencidos de 31 a 60 dias	–	–	669	231
Titulos vencidos de 61 a 90 dias	–	–	1.078	960
Titulos vencidos de 91 a 180 dias	–	–	1.688	510
Titulos vencidos de 181 a 360 dias	–	–	517.636	6.245
Titulos vencidos há mais de 360 dias	–	–	881.438	929.512
Subtotal	–	–	1.508.985	969.352
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	–	–	(696.361)	(843.188)
Total	–	–	812.624	126.164

Movimentação da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	Controladora Consolidado			
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	–	–	–	–
Reversão de provisão para perda	–	–	112.524	140.066
Variação cambial	–	–	48.087	(16.159)
Variação de nova participação	–	–	(842.014)	(967.095)
Saldo final	–	–	(696.361)	(843.188)

5.1. Contratos de construção	Controladora Consolidado			
	2022	2021	2022	2021
Custos incorridos e lucros reconhecidos (líquido dos valores faturados)	–	–	129.523	65.785
Quantia bruta devida pelo contratante	–	–	129.523	65.785
(-) receita diferida	–	–	(235.835)	(339.094)
(-) retenções contratuais	–	–	(26.084)	(26.279)
(-) adiantamentos recebidos	–	–	(212.970)	(194.354)
Quantia bruta devida ao contratante	–	–	(474.889)	(559.727)
Saldo líquido contratos de construção em curso	–	–	(345.366)	(493.942)

6. Estoques	Controladora Consolidado			
	2022	2021	2022	2021
Materiais para aplicação	13	–	27.843	38.085
Importações em trânsito	–	–	4.009	4.727
Materiais para revenda	–	–	30.838	33.983
Outros	15	–	7.037	7.587
Subtotal	28	–	69.727	84.382
Impairment	–	–	(49.698)	(67.228)
Total	28	–	20.029	17.154

7. Partes relacionadas – A Companhia e suas controladas mantêm transações comerciais com companhias do grupo. As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, sejam administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas sob condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis. Em 2022, determinadas controladas da Companhia reorganizaram os saldos de conta corrente intercompany, através de instrumentos de cessão de crédito e de assunção de dívidas, visando a adequação de sua estrutura societária e de capital, de maneira a refletir, do ponto de vista jurídico, as eliminações contábeis dos saldos de conta corrente intercompany. **7.1. Créditos intercompany ativos e passivos:** A seguir, estão demonstradas, pelo saldo líquido, as operações de mútuo e compra e venda de ativos entre as entidades do grupo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo	–	–	–	–
COESA C&M	654	219	–	–
COESA Engenharia	357	254	–	–
Construtora COESA	652	913	34.709	–
Global Green Built Energy	–	–	–	–
Holdings Lt	–	–	–	34.387
Ceiba Holding	–	–	–	2.435
Outros	–	–	–	344
Subtotal	1.663	1.386	65.001	41.690
Provisão para perda de ativos	–	–	–	(41.689)
Total	1.663	1.386	65.001	1
Ativo circulante	–	–	–	–
Ativo não circulante	1.663	1.386	65.001	1
Total	1.663	1.386	65.001	1

Refere-se a saldo de conta corrente entre as partes, sem a incidência de encargos financeiros.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Passivo	20.039	4.193	–	–
COESA Internacional S.A	–	–	–	–
ECOVAP	–	–	560	560
Rodoanel Sul 5	–	–	13.536	13.536
SPE Ponte Estaiada	–	–	1.042	1.042
Outros	–	–	3.104	3.656
Total	20.039	4.193	18.242	18.794
Passivo circulante	–	–	–	–
Passivo não circulante	20.039	4.193	18.242	18.794
Total	20.039	4.193	18.242	18.794

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/12/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

7.2. Transações comerciais

	Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado
	2022	2021		2022	2021
Ativo			Remuneração do pessoal-chave da administração	(1.608)	(350)
Contas a receber – Clientes Concessionária Rota Atlântico S.A.	-	10.188	10.188		
Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.	-	21.331	21.331		
Linea Amarela SAC	-	857	870		
Porto Novo	-	36.908	36.908		
Subtotal	-	70.074	69.297		
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	-	(31.519)	(31.519)		
Total	-	38.555	37.778		
Ativo circulante	-	1.647	-		
Ativo não circulante	-	36.908	37.778		
Total	-	38.555	37.778		

7.3. Remuneração da administração (Nota 20): A remuneração da administração, que contempla a Diretoria da Companhia e de suas controladas, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

9. Investimentos – Informações sobre empresas investidas

	Ativo total	Passivo total	Patrimônio líquido	Resultado do
	2022	2021	(Passivo a descoberto)	exercício
	2022	2021	2022	2021
Controladas				
Coesa	183.387	136.786	173.791	130.630
Construtora OAS – Angola	331	256	365	282
Construtora OAS – Argentina	1.232	2.801	4.194	9.534
Construtora OAS – Bolívia	1.218.004	1.161.732	2.892.190	2.219.386
Construtora OAS – Chile	573	502	230.605	184.990
Construtora OAS – Colômbia	1.521	1.425	1.955	2.184
Construtora OAS – Costa Rica	164.208	123.896	318.319	234.630
Construtora OAS – Equador	14.926	11.531	100.863	77.917
Construtora OAS – Guatemala	615	514	7.004	5.410
Construtora OAS – Haiti	97.251	75.127	229.364	176.870
Construtora OAS – Honduras	3.027	2.335	16.240	12.526
Construtora OAS – Panamá	309	239	11.697	9.036
Construtora OAS – Peru	670.154	527.224	926.814	602.327
Construtora OAS – RD	-	-	2.842	2.310
Construtora OAS – T & T	4.362.564	2.934.214	4.774.202	3.706.717
Construtora OAS – Uruguai	241.886	174.107	670.016	685.410
Construtora OAS – Venezuela	-	-	1.827	6.692
Construtora OAS LLC	12.079	9.346	17.306	13.390
Edificações Itaigara	844	2.365	17.764	18.152
Gandines	322.206	335.937	125.311	132.559
OAS African	349.167	273.607	728.390	565.108
OAS Energy	124.131	101.563	16.399	13.435
OAS International Engineering GMBH	2.135	1.649	3.878	2.996
OAS Logística	28.829	28.890	27.877	24.864
Rodoanel	1.645	1.491	147.797	147.059
South Africa	90	84	1.757	1.642
Controladas em conjunto				
Ecovap	11.077	11.077	4.665	4.034
EPASA	29.116	29.116	(272.737)	18.855
EPP Energia	5.693	5.693	(425)	2.723
OAS Defesa	11.381	11.381	3.275	8.106
Porto Novo	1.025.613	1.025.613	1.176.143	1.129.729
Informações sobre empresas investidas – movimentações ocorridas (controladora)				
	Saldos em		Movimentação do exercício	Saldos em
	31/12/21			31/12/22

<

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/12/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Hansatécnica Comércio e Representações S.A.									
CNPJ/MF nº 54.022.066/0001-01									
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)									
BALANCOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
ATIVO		Valor	PASSIVO		Valor	Modo direto			
Circulante		55.074.342,01	Circulante		55.074.342,01	Atividades operacionais			
Disponível		53.321.350,52	Efetivas		12.237.769,22	Valores recebidos de clientes			
Numerário		11.837.034,41	Fornecedores		9.682.711,80	Valores pagos a fornecedores e a empregados			
Bancos conta movimento		6.298,69	Fornecedores no exterior		9.151.981,19	Caixa gerados pelas operações			
Aplicações diversas		2,00	Serviços terceiros - PJ		281.529,23	Tributos pagos			
Realizável curto prazo		11.830.733,72	Contas a pagar		185.293,32	Fluxo de caixa antes de itens extraordinários			
Clientes no país		41.445.585,61	Obrigações trabalhistas		63.908,06	Outros recebimentos/pagamentos líquidos			
Adiantamentos		9.902.458,60	Folha pagamentos 'a empregados		1.631.050,61	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Estoques		350,00	Folha pagamento à dirigentes		722.400,07	Atividades de investimentos:			
Adiantamento à fornecedores		30.779.723,79	Encargos sociais à pagar		195.003,03	Compras de imobilização			
Tributos a recuperar		1.410,57	Provisões trabalhistas		321.902,73	Caixa líquido usado nas atividades de investimentos			
Adiantamentos p/importação		224.360,73	Obrigações tributárias		391.744,78	Atividades de financiamentos:			
Adiantamentos trabalhistas		489.197,90	Impostos à recolher		924.006,81	Pagamentos de empréstimos/debêntures			
Despesas do exercício seguinte		48.084,02	Contribuições à recolher		739.581,07	Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos			
Despesas a apropriar		38.730,50	Exigível à longo prazo		184.425,74	Aumento nas disponibilidades			
Realizável longo prazo		38.730,50	Nacional		725.610,00	Disponibilidades - no início do período			
Clientes		738.607,12	Empréstimos e financiamentos		725.610,00	Disponibilidades - no final do período			
Clientes nacionais - Jurídico		738.607,12	Impostos parcelados		420.994,70	Divulgações adicionais:			
Permanente		1.014.384,37	Patrimônio líquido		304.615,30	Resultado do período:			
Imobilizado		900.705,70	Capital social		42.110.962,79	Ajustes para conciliar o resultado com o valor das disponibilidades geradas (aplicadas)			
Bens e direitos em uso		3.111.964,67	Integralizado		21.281.829,00	Depreciação e amortização			
Depreciação acumulada		(2.320.683,05)	Resultados acumulados		20.829.133,79	Resultado da venda de ativo permanente			
Ativos - Intangíveis		438.064,48	Reserva de lucros		20.829.133,79	Variações nos ativos e passivos			
Depreciação acumulada		(328.640,40)	DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			Aumento em contas a receber			
Benefitorias		107.368,13	Capital Realizado		Reservas Total Patrimônio	Aumento nos estoques			
Em imóveis		266.071,97	Realizado		de Lucros	Aumento nas despesas antecipadas			
Depreciação gastos operacionais		17.368,13	Saldo em		Líquido	Redução em fornecedores e contas a pagar			
Imobilizado galpão		(158.703,84)	31/12/2022		21.281.829,00	Redução em salários e encargos a pagar			
Imobilizado		6.310,54	Ajustes de exercícios anteriores		13.307.196,38	Aumento em provisão para contingências			
Depreciação acumulada		7.450,14	Aumento de capital		34.589.025,38	Total dos ajustes			
Ativos intangíveis		(1.159,06)	Lucro líquido do exercício		7.779.742,19	Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciação acumulada		233,08	Saldo em		42.110.962,79				
		(213,62)	31/12/2023		21.281.829,00				
					20.829.133,79				
					42.110.962,79				
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS									
Descrição		Valor	Descrição		Valor				
Receitas Brutas		93.366.229,81	= Lucro Operacional		11.701.676,50				
Deduções		(19.073.961,33)	Outras Receitas		20.700,00				
= Receita Líquida		74.292.268,48	Outras Despesas		(67.913,54)				
Custos		(38.738.064,98)	= Lucro Contábil Líquido antes da CSLL		11.654.462,96				
= Lucro Bruto		35.554.203,50	CSLL		(1.050.553,50)				
Despesas Administrativas		(22.733.950,91)	= Lucro Contábil Líquido antes do IRPJ		10.603.909,46				
Despesas Financeiras		(1.162.614,02)	IRPJ		(2.824.167,27)				
Despesas Tributárias		(226.946,53)	= Lucro		7.779.742,19				
Receitas Financeiras		232.876,60	= Lucro Líquido do Período		7.779.742,19				
Outras Receitas Operacionais		38.107,86							
NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS									
<p>1. Contexto operacional: A Hansatécnica Comércio e Representações S.A. sociedade anônima de capital fechado, tem sede e foro na cidade de São Paulo/SP, personalidade jurídica de direito privado, patrimônio e receitas próprios, autonomia gerencial, patrimonial, orçamentária e financeira, tendo como objeto social o comércio atacadista de ferramentas, com início de atividades em 28/11/1984. 2. Formalidades da escrituração contábil: A empresa mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. 3. Principais práticas contábeis: a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. b) Aplicações Financeiras: Estão registrados pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço. c) Duplicatas a receber: Estão registrados os valores a receber que se originam no curso normal das operações da entidade pela venda a curto prazo de mercadorias. d) Adiantamentos: Registra os adiantamentos operacionais para pagamento das importações, e aos empregados relacionados a férias, viagens. e) Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas. f) Duplicatas a Receber Jurídico: Os valores contabilizados nesta conta, são clientes que já foram feitas todas as tentativas amigáveis e administrativas para recebimento sem sucesso, estando em processo de cobrança judicial. g) Tributos a Recuperar: Registra o valor dos créditos relativos à recuperação de impostos ou recuperação de encargos a serem futuramente compensados. h) Despesas Exercício Seguinte: Registra os pagamentos antecipados de despesas de períodos subsequentes. i) Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear. j) Intangíveis: Os valores relativos a software e marcas e patentes foram classificados como ativos intangíveis. k) Benefeitorias em Imóveis de 3º: São contabilizados os custos com os imóveis alugados que não são despesas operacionais de manutenção, e são depreciados de forma linear. l) Fornecedores e Contas a Pagar: São registradas nessas contas contábeis os valores a pagar a fornecedores de bens ou serviços. m) Obrigações Trabalhistas: São registradas nessa rubrica os salários a pagar e os encargos sobre a folha de pagamento, bem como os encargos retidos a pagar. n) Obrigações Tributárias: São registrados nessa rubrica os tributos a pagar pela entidade, sejam eles tributos próprios ou retidos na fonte. o) Provisão de Férias e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. p) Provisão de 13º Salário e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. q) Parcelamento impostos: são suportados por contratos que estabelecem o seu valor, forma e época de liberação, encargos incidentes, forma de pagamento, garantias além de outras cláusulas contratuais, cujos recursos são destinados para financiar imobilizações ou para capital de giro para ser aplicado na empresa r) Empréstimos Bancários ou Financiamentos: são suportados por contratos que estabelecem o seu valor, forma e época de liberação, encargos incidentes, forma de pagamento, garantias</p>									
Paulo Henrique Gonçalves de Melo - Diretor Presidente Cristiane Szaz Capo de Rosa - Contadora - CRC-SP 1SP 130.376/0-20									

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/12/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Estok Comércio e Representações S.A.

CNPJ/MF nº 49.732.175/0001-82 - NIRE 35.300.446.666

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 12/12/2024, às 9 horas, na sede social da **Estok Comércio e Representações S.A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida José Cesar de Oliveira, nº 21, conjuntos 31, 32 e 33, Bloco III, Vila Leopoldina, CEP 05317-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (**"CNPJMF"**) sob o nº 49.732.175/0001-82 (**"Companhia"**).

2. Convocação e Presença: Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 16, parágrafo 1º, do estatuto social da Companhia (**"Estatuto Social"**). A formalização do registro da presença dos membros do Conselho de Administração se deu pelo Presidente e pela Secretária da mesa, mediante assinatura da presente ata. **3. Mesa:** Presidente: Marcelo Rodrigues Marques; Secretária: Sra. Fabiana Ferrarezi.

4. Ordem do Dia: Reuniram-se os senhores conselheiros para analisar, discutir e deliberar sobre as seguintes ordens do dia: **(i)** os termos e condições da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, da Companhia (**"Emissão"** e **"Debêntures"**, respectivamente), conforme o disposto no artigo 59, *caput*, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada (**"Lei das Sociedades por Ações"**), as quais serão objeto de distribuição pública, sob rito de registro automático de distribuição, sem análise prévia da CVM, destinada exclusivamente a certos credores da Companhia, no âmbito do Plano de Recuperação Extrajudicial (conforme abaixo definido) (**"Credores Sujeitos – Dívidas Reestruturação 2023"**), nos termos da Lei nº 6.385, de 07/12/1976, conforme alterada (**"Lei do Mercado de Valores Mobiliários"**), do artigo 26, inciso XIV, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (**"CVM"**) nº 160, de 13/07/2022, conforme alterada (**"Resolução CVM 160"**), e das demais disposições legais aplicáveis (**"Oferta"**); **(ii)** a constituição da Garantia Real (conforme abaixo definida); **(iii)** a celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumentos, inclusive aditamentos, necessários à Emissão e à Oferta, incluindo, mas não se limitando, aos seguintes contratos e eventuais aditamentos: **(a)** o **"Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob Rito de Registro Automático, da Estok Comércio e Representações S.A."** (**"Escritura de Emissão"**), a ser celebrado entre a Companhia, a **Mobly S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.553.627/0001-01 (**"Mobly"**), a **Mobly Tech Ltda.**, inscrita no sob o nº 48.630.577/0001-03 (**"Mobly Tech"**), a **Mobly Comércio Varejista Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.055.516/0001-48 (**"Mobly Varejista"**) e a **Mobly Hub Transportadora Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.680.178/0002-35 (**"Mobly Hub"**, em conjunto com Mobly, Mobly Tech e Mobly Varejista, **"Fiadoras"**) e **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário representando a comunidade dos interesses dos titulares das Debêntures (**"Debenturistas"** e **"Agente Fiduciário"**, respectivamente); **(b)** o **"Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia"**, a ser celebrado entre Companhia e Agente Fiduciário (**"Contrato de Alienação Fiduciária"**); e **(c)** o contrato de distribuição da Oferta (**"Contrato de Distribuição"**), a ser celebrado entre Companhia e a instituição intermediária líder da Oferta (**"Coordenador Líder"**); **(iv)** a autorização à Diretoria da Companhia e eventuais procuradores a **(a)** negociar os termos e condições finais de todos os documentos relacionados à Emissão e à Oferta e seus eventuais aditamentos, bem como celebrar todos os documentos e praticar todos os atos necessários à realização da Emissão e da Oferta que ainda não tenham sido praticados ou celebrados, conforme o caso, incluindo, mas não se limitando, a Escritura de Emissão, o Contrato de Alienação Fiduciária, o Contrato de Distribuição e os aditamentos aos referidos instrumentos e demais instrumentos relacionados, procurações e contratos com os prestadores de serviço necessários à emissão das Debêntures e Oferta; e **(b)** contratar os prestadores de serviços relativos à Emissão e à Oferta, incluindo, mas não se limitando, o Agente Fiduciário, os assessores legais, o Coordenador Líder, o banco liquidante e escriturador, dentre outros; e **(v)** a ratificação dos atos praticados pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia, inclusive procuradores, em consonância com as ordens do dia acima.

5. Deliberação: Após discussões acerca dos assuntos em pauta e análise de todos os documentos aplicáveis, os conselheiros deliberaram o seguinte, nos termos do artigo 27, alínea (viii) da Companhia: **(i)** Aprovar a realização da Emissão, de forma que as Debêntures terão as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas por meio da Escritura de Emissão: **(a) Número da Emissão:** A Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia; **(b) Número de Séries:** A Emissão será realizada em série única; **(c) Valor Total da Emissão:** O valor da Emissão será de R\$ 454.369.317,00 (quatrocentos e cinquenta e quatro milhões, trezentos e sessenta e nove mil, trezentos e dezessete reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) (**"Valor Total da Emissão"**); **(d) Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 454.369.317 (quatrocentas e cinquenta e quatro milhões, trezentos e sessenta e nove mil, trezentos e dezessete) Debêntures; **(e) Valor Nominal Unitário das Debêntures:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1,00 (um real), na Data de Emissão (**"Valor Nominal Unitário"**); **(f) Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será a data de assinatura do Plano de Recuperação Extrajudicial, conforme definido na Escritura de Emissão (**"Data de Emissão"**); **(g) Data de Início da Rentabilidade:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a Data de Emissão (**"Data de Início da Rentabilidade"**); **(h) Forma, Tipo e Comprovação da Titularidade das Debêntures:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, na qualidade de responsável pela escrituração das Debêntures, e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures; **(i) Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia; **(j) Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações; **(k) Prazo e Datas de Vencimento das Debêntures:** Ressalvadas as hipóteses de Oferta de Resgate Antecipado, Resgate Antecipado Obrigatório Total por Evento de Liquidez (conforme definidos abaixo) ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, as Debêntures terão o prazo de 3.788 (três mil setecentos e oitenta e oito) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 22/12/2034 dias contados da Data de Emissão (**"Data de Vencimento"**); **(l) Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** As Debêntures serão subscritas pelos Debenturistas e integralizadas mediante a cessão dos respectivos Créditos Sujeitos – Dívidas Reestruturação 2023, por meio de dação em pagamento, em uma ou mais datas durante o período de distribuição das Debêntures. A integralização das Debêntures que vierem a ser subscritas em data diversa da Data de Emissão deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva integralização, observados os procedimentos da B3. Dado que a quantidade de Debêntures a ser subscrita pelos respectivos Debenturistas deve perfazer um número inteiro, caso os respectivos Créditos Sujeitos – Dívidas Reestruturação 2023 (conforme definido no Plano de Recuperação Extrajudicial) identificados no Plano de Recuperação Extrajudicial perfaçam um número fracionário, deverá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior (**"Arredondamento"**). **(m) Atualização Monetária das Debêntures:** As Debêntures não terão seu Valor Nominal Unitário atualizado monetariamente; **(n) Destinação dos Recursos:** Não aplicável, tendo em vista a integralização das Debêntures pelos Debenturistas por meio de direitos creditórios, nos termos da Escritura de Emissão; **(o) Colocação e Procedimento de Distribuição:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública a ser registrada sob o rito automático de distribuição, sem necessidade de análise prévia da CVM, nos termos do disposto na Resolução CVM 160, com a intermediação do Coordenador Líder, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de melhores esforços de colocação, nos termos do Contrato de Distribuição; **(p) Remuneração das Debêntures:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A., no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>) (**"Taxa DI"**), acrescida exponencialmente de um *spread* (sobretaxa) equivalente a 2,00% (dois por cento) ao ano (**"Remuneração"**), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, desde a Data de Início da Rentabilidade ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures (conforme definida abaixo) imediatamente anterior (inclusive) até a Data de Pagamento da Remuneração subsequente, data de vencimento antecipado das Debêntures em decorrência de uma Hipótese de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definida), na data de uma Amortização Extraordinária Obrigatória (conforme abaixo definida) ou na data de um eventual Resgate Antecipado Obrigatório Total das Debêntures ou na data de exercício da opção de Oferta de Resgate Antecipado (exclusive), o que ocorrer primeiro. O cálculo da Remuneração obedecerá à fórmula prevista na Escritura de Emissão; **(q) Pagamento da Remuneração das Debêntures:** A Remuneração acumulada entre a Data de Início da Rentabilidade e 24/12/2025 (**"Período de Carência dos Juros"**) será capitalizada e incorporada ao Valor Nominal Unitário das Debêntures em 24/12/2025 (**"Valor Nominal Unitário após Incorporação"**). O pagamento efetivo da Remuneração, observado o Período de Carência dos Juros, ressalvados os pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de uma das Hipóteses de Vencimento Antecipado, Oferta de Resgate Antecipado, Amortização Extraordinária Obrigatória e/ou Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, será feito em parcelas

mensais e consecutivas, de forma que: **(i)** a primeira parcela de pagamento da Remuneração ocorrerá em 25/01/2026, ou no Dia Útil imediatamente anterior caso o dia 25/01/2026 não seja um Dia Útil; **(ii)** a partir dessa data, no vigésimo quinto dia de cada mês subsequente, ou no Dia Útil imediatamente anterior, caso o dia 25 não seja um Dia Útil, exceto com relação à última parcela, a ser paga na Data de Vencimento; e **(iii)** na Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma **"Data de Pagamento da Remuneração"**). O pagamento da Remuneração deverá ocorrer de acordo com as datas a serem detalhadas na Escritura de Emissão; **(r) Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures será devido apenas após dezembro de 2026 (**"Período de Carência de Principal e Amortização"**). Observado o Período de Carência de Principal e Amortização, o pagamento efetivo do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será feito em parcelas mensais e consecutivas, sempre no vigésimo quinto dia de cada mês, ou no Dia Útil imediatamente anterior caso o vigésimo quinto dia de cada mês não seja Dia Útil, de modo que a primeira parcela do valor de principal será devida em 25/01/2027, ressalvados os pagamentos decorrentes de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, Oferta de Resgate Antecipado, Amortização Extraordinária ou eventual Resgate Antecipado Obrigatório Total das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão e nas demais legislações aplicáveis, conforme tabela prevista na Escritura de Emissão; **(s) Local de Pagamento:** Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: **(i)** os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; ou **(ii)** os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que eventualmente não estejam custodiadas eletronicamente na B3. Farão jus aos pagamentos relativos às Debêntures aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada data de pagamento dos valores devidos pela Companhia. **(t) Prorrogação dos Prazos:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo; **(u) Encargos Moratórios:** Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Companhia, de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia ficarão sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial, além da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data do respectivo inadimplemento até a data do efetivo pagamento; **(i)** juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e **(ii)** multa moratória de natureza não compensatória, convencional e irredutível, de 2% (dois por cento) (**"Encargos Moratórios"**), sendo a Remuneração e cada um dos itens (i) e (ii) apurados sobre o valor inadimplido; **(v) Repactuação Programada:** As Debêntures não serão objeto de repactuação programada; **(w) Classificação de Risco:** Não será contratada agência de classificação de riscos para a Emissão; **(x) Desmembramento:** Não será admitido o desmembramento, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações; **(y) Resgate Antecipado Facultativo Total:** Não será admitida a realização de resgate antecipado facultativo total ou parcial das Debêntures; **(z) Oferta de Resgate Antecipado:** A Companhia poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, observados os termos a serem previstos na Escritura de Emissão, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures (**"Oferta de Resgate Antecipado"**), mediante entrega de ações de emissão da Mobly ao Preço de Oferta (conforme abaixo definido), sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar, a seu exclusivo critério, a oferta de resgate antecipado das Debêntures de sua titularidade. Os demais termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado serão estabelecidos na Escritura de Emissão. Considera-se **"Preço de Oferta"** um preço equivalente ao maior entre **(a)** R\$9,00 (nove reais) corrigido desde a Data de Emissão pela variação da Taxa DI acrescida de 2% (dois por cento) ao ano, e **(b)** a cotação de mercado das ações de emissão da Mobly na data em que se pretende realizar a Oferta de Resgate Antecipado. **(aa) Amortização Extraordinária Obrigatória ou Resgate Antecipado Obrigatório Total por Evento de Liquidez:** As Debêntures **(1)** serão obrigatoriamente amortizadas, de forma *pro rata*, caso o montante dos recursos obtidos com a realização dos seguintes atos não for suficiente para o para o pré-pagamento da totalidade das Debêntures, observado o disposto na Escritura de Emissão (**"Amortização Extraordinária Obrigatória"**), ou **(2)** resgatadas antecipadamente de forma obrigatória, caso o montante dos recursos obtidos com a realização dos seguintes atos for suficiente para o pré-pagamento e resgate da totalidade das Debêntures (**"Resgate Antecipado Obrigatório Total"**). A Amortização Extraordinária Obrigatória ou Resgate Antecipado Obrigatório Total serão realizados mediante o pagamento (i) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido **(ii)** da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Obrigatória ou Resgate Antecipado Obrigatório Total; e **(iii)** de eventuais Encargos Moratórios (se houver) e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária Obrigatória ou Resgate Antecipado Obrigatório Total (**"Valor Total"**). Em qualquer um dos casos acima, deverão ser observadas as hipóteses de cash sweep a serem detalhadas na Escritura de Emissão, bem como o Valor Total da Amortização ou do Resgate, assim como os respectivos termos e condições a serem estabelecidos na Escritura de Emissão; **(bb) Aquisição Facultativa:** Não será admitida a realização de aquisição facultativa; **(cc) Vencimento Antecipado:** Observado o disposto na Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá considerar vencidas, antecipadamente, todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora aos Debenturistas, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos demais documentos da Oferta, na ocorrência das hipóteses indicadas na Escritura de Emissão (**"Vencimento Antecipado"**); **(dd) Garantias:** em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas as obrigações pecuniárias, principais, acessórias e/ou moratórias, presentes e/ou futuras, assumidas ou que venham a sê-lo, pela Companhia por meio da Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária, incluindo, mas não se limitando, ao Valor Nominal Unitário, a Remuneração e todos os demais encargos, custos, importâncias e despesas oriundos ou relativos às Debêntures e às Garantias (conforme abaixo definidas), quando devidos, seja na data de pagamento ou em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, inclusive com relação à constituição, ao aperfeiçoamento, à manutenção e à excussão das Garantias, incluindo multas, penalidades, honorários extrajudiciais ou arbitrados em juízo, indenizações, encargos contratuais e legais previstos, despesas judiciais e/ou administrativas, além de eventuais tributos, taxas e comissões aplicáveis nos termos da Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária, bem como todo e qualquer custo ou despesa incorrido em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Debenturistas e da execução de garantias prestadas e quaisquer outros acréscimos devidos aos Debenturistas decorrentes da Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária, devidamente comprovados (**"Obrigações Garantidas"**), em favor dos Debenturistas, as seguintes garantias real e fidejussória (em conjunto, as **"Garantias"**): **(i) Fiança:** garantia fidejussória dos Fiadoras, na forma de fiança, sendo que as Fiadoras irão se obrigar, de forma irrevogável, irratável e solidária, como fiadoras e principais pagadoras de forma solidária com a Companhia, sem qualquer divisão, pelo pagamento das obrigações garantidas, nos termos descritos na Escritura de Emissão (**"Fiança"**); **(ii) Alienação Fiduciária de Imóvel:** a alienação fiduciária pela Companhia do imóvel objeto da matrícula nº 1.073, registrado perante o Cartório de Registro Civil e de Imóveis de Paraty, Estado do Rio de Janeiro (**"Alienação Fiduciária"** e, em conjunto com Fiança, **"Garantias Reais"**), por meio do Contrato de Alienação Fiduciária; **(ee) Demais características da Emissão:** As demais características da Emissão e das Debêntures serão aquelas especificadas na Escritura de Emissão de Debêntures; **(ii)** aprovar, em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, em favor dos Debenturistas, a alienação fiduciária pela Companhia do imóvel objeto da matrícula nº 1.073, registrado perante o Cartório de Registro Civil e de Imóveis de Paraty/RJ, por meio do Contrato de Alienação Fiduciária. Os demais termos e condições da Alienação Fiduciária seguirão descritos e detalhados no Contrato de Alienação Fiduciária; **(iii)** aprovar a celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumentos, inclusive aditamentos, necessários à Emissão e a Oferta, incluindo, mas não se limitando, a Escritura de Emissão, o Contrato de Alienação Fiduciária e o Contrato de Distribuição; **(iv)** aprovar a autorização para que a Diretoria da Companhia e eventuais procuradores possam **(a)** negociar os termos e condições finais de todos os documentos relacionados à Emissão, à Oferta e seus eventuais aditamentos, bem como celebrar todos os documentos e praticar todos os atos necessários à realização da Emissão e da Oferta, que ainda não tenham sido praticados ou celebrados, conforme o caso, incluindo, mas não se limitando, a Escritura de Emissão, o Contrato de Alienação Fiduciária, o Contrato de Distribuição e aditamentos aos referidos instrumentos e demais instrumentos relacionados, procurações e contratos com os prestadores de serviço necessários à emissão das Debêntures e Oferta; e **(b)** contratar os prestadores de serviços relativos à Emissão e à Oferta, incluindo, mas não se limitando, o Agente Fiduciário, os assessores legais, o Coordenador Líder, o banco liquidante e escriturador, dentre outros; e **(v)** ratificar todos os atos praticados pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia, inclusive procuradores, em consonância com as deliberações acima. **6. Encerramento:** Inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **7 Assinaturas: Mesa: Presidente:** Marcelo Rodrigues Marques, **Secretária:** Fabiana Ferrarezi. **Membros do Conselho de Administração presentes:** Marcelo Rodrigues Marques, Mário Carlos Fernandes Filho e Álvaro Taiar Jr. Confere com a original lavrado em livro próprio. SP, 12/12/24.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/12/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Athena Healthcare Holding S.A.

CNPJ/MF nº 26.753.292/0001-27 – NIRE 35.300.499.514

Edital de Convocação Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 02 de janeiro de 2025

A Diretoria da **Athena Healthcare Holding S.A.** ("Companhia") vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), convocar os senhores Acionistas da Companhia, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, em 02 de janeiro, às 15h00, de modo exclusivamente digital, por meio do aplicativo de videoconferência Google Meet, conforme autorizado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020, conforme alterada ("IN DREI 81"), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** a lavratura da ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o § 1º do art. 130 da Lei das S.A.; **(ii)** a renúncia de membros da Diretoria da Companhia; **(iii)** a eleição de membros para compor a Diretoria da Companhia; **(iv)** o grupamento da totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, da Companhia, na proporção de 210.000 (duzentas e dez mil) ações para formar 1 (uma) ação, sem modificação do capital social; **(v)** a alteração do caput do art. 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir a deliberação tomada no item **(iv)** acima; **(vi)** o exame, a discussão e a aprovação do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da ASG Holding S.A. pela Athena Healthcare Holding S.A.", celebrado nesta data, pelas administrações da Companhia e da **ASG Holding S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8501, 18º andar, Sala "D", Pinheiros, CEP 05.425-070, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.218.886/0001-05, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE 35.3.0051549-8 ("ASG" ou "Incorporada"), o qual tem por objeto consubstanciar as justificativas, os termos, cláusulas e condições da incorporação da ASG pela Companhia ("Protocolo e Justificação"); **(vii)** a ratificação da nomeação da **Account Assessores S/S Ltda.**, sociedade simples limitada, estabelecida na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Rua Avenida Andrômeda, nº 885, 35º andar, Sala 3.523, Alphaville, CEP 06.473-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 96.513.015/0001-22, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 2SP017202/o-2 ("Empresa Avaliadora") para elaboração do laudo de avaliação do valor contábil do patrimônio líquido da ASG ("Laudo de Avaliação"); **(viii)** a aprovação do Laudo de Avaliação; **(ix)** a incorporação da ASG pela Companhia; **(x)** a consignação de que a incorporação não acarretará a alteração do capital social da Companhia; e **(xi)** a autorização para a administração da Companhia praticar todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas, bem como a ratificação dos atos já praticados pela administração, no âmbito das deliberações aprovadas. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados do Departamento de Relacionamento com Investidores – ri@athenasaude.com.br, com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro representante acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º da Lei nº 10.406/2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo/SP, 20 de dezembro de 2024. **Fabio Minamisawa Hirota** – Diretor Presidente.

Hidrovias do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 12.648.327/0001-53 – NIRE 35.300.383.982 – Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de dezembro de 2024

1. Data, Horário e Local: No dia 02 de dezembro de 2024, às 10:00 horas, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Artur Prado, número 116, 9º B – SRI, Bela Vista, CEP: 01322-000 ("Reunião"). **2. Convocação e Presença:** A Reunião foi devidamente instalada nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia, confirmada a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia: Marcos Marinho Lutz, Roberto Lucio Cerdeira Filho, Rodrigo de Almeida Pizzinatto, Marina Guimarães Moreira Mascarenhas, Eduardo de Toledo, Julio Cesar de Toledo Piza Neto e Luiz Alves Paes de Barros. Participaram, ainda, como convidados, os Srs. Fabio Schettino, Andre Hachem e Guilherme Tourinho Brandi ("Convidados"). **3. Mesa:** **Presidente:** Marcos Marinho Lutz; e **Secretário:** Guilherme Tourinho Brandi. **4. Ordem do Dia:** Apreciar e/ou deliberar sobre **(i)** a renúncia do Sr. Gianfranco Fogaccia Cinelli, ao cargo de Diretor sem designação específica da Companhia; e **(ii)** a eleição do Sr. **Carlos Arruti Rey** para ocupar o cargo de Diretor sem designação específica da Companhia com efeitos a partir de 06 de janeiro de 2025. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade e sem quaisquer restrições ou ressalvas: **(i) Tomaram conhecimento** acerca da renúncia da Sra. **Gianfranco Fogaccia Cinelli**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 23.760.444 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 249.494.118-02, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ao cargo de Diretor sem designação específica da Companhia. A sua renúncia tomará efeito a partir desta data, conforme termo de renúncia que fica arquivado na sede social da Companhia; e **(i) aprovaram** a eleição do Sr. **Carlos Arruti Rey**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 6.613.554-03, SSP/BA e inscrito no CPF/ME sob nº 805.874.415-20, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Fradique Coutinho, nº 30, 7º andar, Pinheiros, como **Diretor sem designação específica** da Companhia, com efeitos a partir de 06 de janeiro de 2025 (inclusive). Após o cumprimento das formalidades legais, o Diretor Carlos Arruti Rey ora eleito declara ter conhecimento e atender às disposições dos artigos 147 e 149 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e, nesse contexto, será investido em seu cargo no dia 06 de janeiro de 2025 mediante a assinatura do respectivo termo de posse, para um mandato unificado ao dos demais membros da Diretoria, até a data de 11 de maio de 2025, podendo ser reeleitos. Com base nas aprovações ora deliberadas, **a partir de 06 de janeiro de 2025** (inclusive), a Diretoria da Companhia passará a ser composta da seguinte forma: Srs. **Fabio Abreu Schettino** – Diretor Presidente; **Andre Saleme Hachem** – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; **Carlos Arruti Rey** – Diretor sem designação específica; todos com mandato unificado até a data de 11 de maio de 2025, podendo ser reeleitos. Por fim, os membros do Conselho de Administração da Companhia manifestaram os seus agradecimentos ao Sr. Gianfranco Fogaccia Cinelli por suas relevantes contribuições à Companhia durante o seu mandato. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi suspensa a presente Reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros do Conselho de Administração presentes, ficando autorizada a sua publicação. **7. Assinaturas:** **Mesa:** Presidente – Sr. Marcos Marinho Lutz; Secretário – Guilherme Tourinho Brandi. **Membros do Conselho de Administração:** Marcos Marinho Lutz, Roberto Lucio Cerdeira Filho, Rodrigo de Almeida Pizzinatto, Marina Guimarães Moreira Mascarenhas, Eduardo de Toledo, Julio Cesar de Toledo Piza Neto e Luiz Alves Paes de Barros. **Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.** São Paulo, 02 de dezembro de 2024. **Guilherme Tourinho Brandi** – Secretário da Reunião. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 464.657/246 em 16/12/2024. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral em Exercício.

Waterfy Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 32.295.104/0001-67 – NIRE 35.300.529.669

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de agosto de 2024

Aos nove dias de agosto de 2024, às 14 horas, na sede da sociedade **Waterfy Partners Participações S.A.**, situada na Cidade de Limeira, Estado de São Paulo, na Rua Senador Vergueiro, nº 995, Conjunto 63, Centro, CEP 13480-001, compareceu a acionista detentora da totalidade do capital social da Companhia, **SKJR Investimentos e Participações Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Pequetita, nº 145, 3º andar, conjunto 34, CEP 04552-060, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.968.627/0001-64, neste ato representada na forma do seu contrato social por sua sócia e administradora **Ana Paula Moreira de Souza Santos Reis**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 27.508.683-3 Detran-RJ e inscrita no CPF/MF sob nº 154.497.057-94. Para presidir a reunião foi eleita a Sra. Ana Paula Moreira de Souza Santos Reis, que aceitando a incumbência, convidou a mim, Mauricio Castilho Flores, para secretariá-la, no que acedi, assim se constituindo a mesa e dando-se início aos trabalhos. **Ordem do Dia:** Esclareceu a mesa que a assembleia tinha por objetivo: (i) aprovar a alteração de sede da sociedade. **Deliberações:** Foi aprovada e deliberada a seguinte matéria: a) alteração da sede atual da sociedade na Rua Senador Vergueiro, nº 995, Conjunto 63, Centro, CEP 13480-001 para a **Rua Santa Cruz, nº 787, Sala 11, Centro, Limeira/SP, CEP 13480-041. Encerramento:** Encerrados os trabalhos, foi lavrada a presente Ata, que após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes, tendo sido autorizada a elaboração e publicação em forma resumida, na forma da lei, estando a reprodução de inteiro teor desta ata arquivada na sede da companhia. E, por estar assim justas e contratadas, assina a acionista a presente ata em 03 (três) vias de igual teor, juntamente com o Presidente e o Secretário. São Paulo, 09 de agosto de 2024. **Mesa:** Ana Paula Moreira dos Santos Reis – **Presidente;** Mauricio Castilho Flores – **Secretário. Acionista:** **SKJR Investimentos e Participações Ltda.** Ana Paula Moreira dos Santos Reis. **Advogada:** **Mirele Navero da Silva – OAB/SP 220.745.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 304.293/246 em 15/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Agroindustrial Vista Alegre S/A

CNPJ/MF 44.836.856/0001-77

Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

A **Agroindustrial Vista Alegre S/A** convoca seus acionistas portadores de ações ordinárias e preferenciais, para a realização de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a se realizar na data de 30 de dezembro de 2024, em formato híbrido, presencial e digital, com transmissão pela plataforma "Teams", às 11:00 horas, a partir da sede da Sociedade, com fulcro de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) O aumento do capital social da Companhia em R\$ 143.644.226,09 (cento e quarenta e três milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, duzentos e vinte e seis reais e nove centavos), a serem integralizados em dinheiro ou créditos originados de adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC, com a emissão de 320.801 (trezentas e vinte mil, oitocentas e uma) ações ordinárias nominativas, e 320.390 (trezentas e vinte mil, trezentas e noventa) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, ao valor de emissão de R\$ 224,03 (duzentos e vinte e quatro reais e três centavos) por ação, para integralização em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias contados da data da realização da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o que corresponde ao direito do acionista subscrever 72 (setenta e duas) ações a cada 100 (cem) ações detidas em cada classe; (ii) A autorização para a subscrição de eventuais sobras de ações pelos demais acionistas, na proporção de suas participações; (iii) A reforma do Estatuto Social, para a formalização do aumento do capital proposto, nos termos deliberados na Assembleia Geral Extraordinária (AGE); (iv) A autorização aos diretores de praticar todos os atos necessários para a formalização do aumento do capital social a ser deliberado; e (v) Outros assuntos de interesse da Companhia. A Companhia disponibiliza aos acionistas interessados em subscrever as ações deste aumento do capital social, não presentes, o boletim de subscrição, no site institucional (vistalegre.ind.br), sob o qual poderá manifestar seu compromisso de, caso aprovado o aumento de capital, participar do referido aumento, submetendo-o à Companhia por meio do e-mail diretoria@vistalegre.ind.br, até as 11h (horas) da data da Assembleia Geral Extraordinária (AGE). Os acionistas interessados em participar virtualmente devem confirmar presença pelo mesmo e-mail, apresentando a documentação comprobatória de identidade (RG, CNH, carteira de identidade funcional e/ou profissional, acompanhado de procuração em caso de poderes necessários, em caso de representação de sócio por terceiros, e a documentação de identidade do representante) e indicando um e-mail para a disponibilização de acesso à sala de reunião virtual, com o que receberão o link de acesso, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da reunião. Itapetininga, 19 de dezembro de 2024. **(20, 21 e 24.12.2024)**

TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.

CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16 – NIRE 35.300.026.373

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A. ("Companhia") a se reunirem às 10:00h, do dia 06 de janeiro de 2025, na sede social, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Monsenhor Antonio Pepe, nº 94, Parque Jabaquara, facultada a participação digital através do link <https://abrir.link/tXchP>, bem como a assinatura da respectiva Ata por meio digital a ser disponibilizado, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a.** Abertura de nova filial no bairro do Morumbi, cidade de São Paulo, estado de São Paulo; **b.** Alteração do endereço da sede da Companhia. A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia os documentos elencados na Lei 6.404/76. São Paulo, 17 de dezembro de 2024. **Leonardo Rosendo Fiuzza** – Diretor.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/12/2024

ICP
Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

CNPJ/ME nº 48.344.725/0007-19 - NIRE 35.300.525.892

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de dezembro de 2024

1. **Data, hora e local:** Em 19 de dezembro de 2024, às 12 horas, na sede da Althaia S.A. Indústria Farmacêutica ("Companhia"), localizada na Cidade de Atibaia, Estado de São Paulo, na Avenida Tégula, nº 888, Módulos 01, 15, 16, 17, 20 e 21, Condomínio Centro Empresarial Atibaia, Bairro Ponte Alta, CEP 12952-820. 2. **Convocação e presença:** As formalidades de convocação foram dispensadas em face do comparecimento da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. 3. **Mesa:** Presidente: Cláudio Roberto Ely; Secretária: Priscila Maiochi da Cruz. 4. **Ordem do dia:** Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para examinar, discutir e deliberar sobre: i. Rerratificar a instituição, implementação e instalação do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia ("Comitê de Auditoria Estatutário"); ii. Aprovar o regimento interno do Comitê de Auditoria Estatutário ("Regimento Interno"); iii. Definir o número de membros do Comitê de Auditoria Estatutário e eleger seus membros; iv. Aprovar a remuneração do Comitê de Auditoria Estatutário; e v. Aprovar o orçamento do Comitê de Auditoria Estatutário para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025. 5. **Deliberações:** Instalada a reunião, após a análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue: i. Rerratificaram a instituição, implementação e instalação do Comitê de Auditoria Estatutário, para alinhar às disposições aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 19 de dezembro de 2024, em substituição às deliberações aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 01 de novembro de 2024 ("RCA 01.11.2024"); ii. Aprovaram o Regimento Interno, nos termos do **Anexo I** à presente ata, o qual ficará arquivado na sede da Companhia; iii. Definiram o número de 3 (três) membros efetivos para compor o Comitê de Auditoria Estatutária, com base nos limites previstos no estatuto social da Companhia e aprovaram a eleição dos seguintes membros do Comitê de Auditoria Estatutário, cujos mandatos encerrar-se-ão em 02 (dois) anos, a contar da presente data: **a)** Sr. **Gregor Rodrigues Martins Einsiedler**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 11.736.564-3, inscrito no CPF/ME sob o nº 093.166.767-46, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Cidade de Atibaia, Estado de São Paulo, na Avenida Tégula, nº 888, Módulos 01, 15, 16, 17, 20 e 21, Condomínio Centro Empresarial Atibaia, Bairro Ponte Alta, CEP 12952-820, para o **cargo de membro efetivo do Comitê de Auditoria Estatutário**, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 23, emitida em 25 de fevereiro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 23"); **b)** Sr. **Reinaldo Guerreiro**, brasileiro, casado, contador Mestre e Doutor em Controladoria e Contabilidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.156.523-4, inscrito no CPF sob o nº 503.946.658-72, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Cidade de Atibaia, Estado de São Paulo, na Avenida Tégula, nº 888, Módulos 01, 15, 16, 17, 20 e 21, Condomínio Centro Empresarial Atibaia, Bairro Ponte Alta, CEP 12952-820, para o **cargo de membro efetivo do Comitê de Auditoria Estatutário**, além de **Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário**, nos termos da Resolução CVM 23; e **c)** Sr. **Paschoal Tadeu Russo**, brasileiro, casado, contador Mestre e Doutor em Controladoria e Contabilidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.519.592-0, inscrito no CPF sob o nº 013.680.758-51, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Cidade de Atibaia, Estado de São Paulo, na Avenida Tégula, nº 888, Módulos 01, 15, 16, 17, 20 e 21, Condomínio Centro Empresarial Atibaia, Bairro Ponte Alta, CEP 12952-820, para o **cargo de membro efetivo e independente e com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária do Comitê de Auditoria Estatutário**, nos termos da Resolução CVM 23. **iv.** Consignar que os membros do Comitê de Auditoria Estatutário ora eleitos renunciaram ao recebimento de remuneração pelos cargos a serem desempenhados. **v.** Aprovaram o orçamento do Comitê de Auditoria Estatutário para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025. Foram ratificados todos os atos já praticados pela administração, pelos representantes legais e/ou pelos procuradores da Companhia em conexão com a instituição do Comitê de Auditoria Estatutário ora aprovado, incluindo os atos relacionados e decorrentes das deliberações tomadas na RCA 01.11.2024. 6. **Encerramento e lavratura da ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: Cláudio Roberto Ely; e Secretária: Priscila Maiochi da Cruz. **Conselheiros Presentes:** Jairo Aparecido Yamamoto, Aline Aparecida Yamamoto Zampieri, Herbert Cesar Gonçalves e Gregor Rodrigues Martins Einsiedler. **Certidão:** Certifico que a presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. Atibaia, 19 de dezembro de 2024.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/12/2024

ICP
Brasil

Acesse a página de Publicações Legais no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal